

O caso Evandro

Sete acusados, duas polícias, o corpo e uma trama diabólica

Ivan Mizanzuk

 Harper
Collins
Rio de Janeiro, 2021

NOTA

Este livro descreve cenas fortes e não é recomendado para pessoas sensíveis.

Todas as pessoas aqui citadas tiveram seus nomes retirados de documentos públicos, autos de processos e matérias que saíram na imprensa, respeitando as vontades daqueles que se recusaram a conceder entrevistas quando os contatamos.

As imagens no caderno de fotos, que se encontra no meio do livro, podem conter **spoilers**. Elas são de acervos pessoais ou foram retiradas de fitas anexadas aos autos do processo público. Todos os esforços foram feitos para contatar e creditar devidamente os detentores dos direitos das imagens. Eventuais omissões de crédito não são intencionais e serão devidamente solucionadas nas próximas edições, bastando que seus proprietários contatem a editora.

Caso algum dos citados sinta-se desconfortável e deseje um direito de resposta, favor enviar uma mensagem para: editorialnacional@harpercollins.com.br. Eventuais correções podem ser feitas nas próximas edições deste livro.

Por se tratar de uma história com vários fatos ocorrendo simultaneamente, a estrutura deste livro tem vaivéns cronológicos. Para facilitar a leitura, incluímos ao final uma linha do tempo.

Sumário

Prólogo

1. O Caso Evandro

2. Operação Magia Negra

3. O caso Leandro Bossi (I)

4. A história política de Guaratuba

5. O dossiê

6. Lesões e acareações

7. A fita cassete

8. O caso Leandro Bossi (II)

9. DNA

10. Álibis e testemunhas

11. Um corpo em julgamento

12. Sete segundos

13. Outros caminhos

Epílogo

Sobre este livro

Linha do tempo

Personagens

Sobre o autor

Prólogo

Quando eu tinha 8 anos, achava que a lua estava caindo.

Toda noite, na cama, antes de dormir, eu a olhava pela minha janela do 11º andar e a via rolando em minha direção. “Quanto tempo vai demorar para ela chegar até aqui? Qual vai ser o tamanho do estrago? Será que é o suficiente para destruir o mundo? Mesmo que não seja tão grande, deve ser suficiente para destruir Curitiba.”

Em algum momento, o sono vencia as preocupações. Na manhã seguinte, a lua já não estava mais lá.

Eu vestia meu uniforme do colégio, tomava café e descia para o térreo. Ficava esperando a carona da minha tia na frente de um mercadinho no qual todos os moradores do condomínio compravam. Colado na parede, havia um cartaz: “Procura-se: Guilherme Caramês Tiburtius, 8 anos. Desaparecido em 17 de junho de 1991. Usava camiseta branca com listras laterais azuis, bermuda amarela e chinelo de dedos”.

Guilherme tornou-se um símbolo das crianças que desapareceram na década de 1990 no Paraná. Nós tínhamos a mesma idade, e ele sumiu quatro dias depois do meu aniversário. Esses detalhes sempre me assombraram, assim como a lembrança dos conselhos do meu pai: não fale com estranhos; se você se perder de mim no mercado, vá até um funcionário de uniforme e peça para me procurarem; qual o telefone de casa?; qual o telefone do seu avô?; qual o endereço da nossa casa?

Quando eu tinha 8 anos, imaginava a lua quase destruindo minha cidade. Naquela época, várias crianças

desapareceram no estado do Paraná – e comecei a acreditar que bruxas existissem.

Como as de tantas crianças curitibanas de classe média nas décadas de 1980 e 1990, minhas férias de verão se resumiam a ir para a praia. Minha família ia para a de Matinhos, cidade a cerca de uma hora de Curitiba onde minha avó materna tinha uma casa. Como aquela não era uma das praias mais agitadas, ir para o litoral, para mim, sempre era sinônimo de ficar perto do mar com silêncio e tranquilidade.

Outra opção era Guaratuba, onde minha avó paterna tinha casa, mas que ficava meia hora mais longe. Há dois acessos para a cidade: por balsa,¹ o que representava um custo a mais na viagem, além de uma fila considerável na alta temporada, ou por Garuva, cidade na fronteira com Santa Catarina, por uma estrada de faixa única – ou seja, mais perigosa e lenta. Eu preferia a balsa, pois podia comer uma barquilha (como chamamos beiju no Paraná) vendida por ambulantes e curtir a paisagem sentindo o vento do mar no rosto.

Mas, para mim, Guaratuba era uma cidade complicada, que ia contra tudo o que eu tinha aprendido que praia deveria ser. Se Matinhos era um lugar silencioso, em que nada acontecia, Guaratuba era agitada. Tinha comércio, gente na rua o tempo inteiro, trânsito, barulho. Meu pai dizia: “Guaratuba é nossa Santos”.

Bem mais tarde, em julho de 2002, no alto dos meus 19 anos, fui para Guaratuba com alguns amigos e fiquei na casa de um deles. Aquela viagem era diferente de todas as que eu fizera com minha família: eu ia experimentar, com toda a minha juventude, a vida agitada de Guaratuba. Em pleno inverno, curtimos a tradicional Festa do Divino, onde provei pela primeira vez uma caipirinha de vinho e comprei um CD

pirata do Robert Plant. À noite, assistíamos a filmes em fitas VHS alugadas numa locadora perto da casa. Foi uma semana mágica.

Um dia, voltando da locadora ou da Festa do Divino a pé, passamos em frente a uma casa. Uma amiga me disse: “Era aqui que moravam as bruxas. Elas matavam as crianças e enterravam no quintal da casa, lá nos fundos”.

E então me vieram os flashes. As bruxas de Guaratuba. Eu já ouvira aquela história antes. Será que tinha algo a ver com as crianças que desapareceram no Paraná no início da década de 1990? Será que tinha a ver com o caso do menino Guilherme? Lembrei a sensação de terror que eu sentia quando era criança. Quando aquela amiga citou a casa, foi como se meus medos infantis tivessem algum fundamento.

Todas as vezes que visitei Guaratuba nos anos seguintes, num processo que me fez ter cada vez mais carinho pela cidade, as palavras da minha amiga ecoaram em minha mente. Mas eu não conhecia a história toda. Talvez ninguém conheça. O máximo que podemos fazer, hoje, é tentar entender alguns fatos.

Foi o que comecei a fazer em 2015. Logo descobri que “as bruxas de Guaratuba” se referia não exatamente ao caso do menino Guilherme Caramês Tiburtius, que foi o mais marcante nas mentes das crianças paranaenses da minha geração por causa de uma campanha nacional iniciada pela sua mãe, mas sim ao de Evandro Ramos Caetano, um menino de 6 anos que desapareceu na manhã de 6 de abril de 1992, dando início a uma série de investigações e reviravoltas judiciais que se estenderam por mais de duas décadas. Por isso, na contramão do imaginário paranaense, preferi chamar os eventos ligados às tais “bruxas” de “O caso Evandro”.

Enquanto começo a escrever esta história, em novembro de 2019, ainda não tenho todas as respostas sobre o que

aconteceu em Guaratuba em 1992. Provavelmente, nunca terei. Mas continuo fazendo perguntas, que às vezes esclarecem muito mais - especialmente quando são as perguntas corretas.

Nota

1 Em Guaratuba, assim como em outras cidades do Brasil, o termo utilizado para esse veículo de travessia é “ferryboat”, em inglês. Para facilitar a compreensão da maior parte dos leitores, optamos aqui por utilizar o termo “balsa”.

1. O Caso Evandro

6 de abril de 1992

Na manhã do dia 6 de abril de 1992, uma segunda-feira, caía uma chuva fina em Guaratuba. Na casa da família Caetano já estavam quase todos de pé. Após o café, Ademir Batista Caetano, de 43 anos, preparou-se para ir ao trabalho na prefeitura, a um quilômetro e meio dali. O destino de sua esposa, Maria Ramos Caetano, de 39 anos, era a Escola Municipal Professora Olga Silveira, onde era funcionária, a 250 metros de distância. O casal tomou café com os filhos Márcio e Júnior, que estudavam de manhã, e, antes de sair, Maria foi ao quarto do caçula, Evandro, de 6 anos e quase 7 meses, para ver se ele já estava acordado. O menino, loiro e de olhos azuis, estudava na mesma escola onde sua mãe era funcionária, mas no turno da tarde. Costumava acompanhá-la durante as manhãs enquanto ela trabalhava, mas, em dias frios como aquele, a mãe o deixava dormir mais um pouco para que a encontrasse depois. Maria lhe deu um beijo e saiu.

Evandro encontrou sua mãe na escola por volta das 9h. Chegando lá, porém, lembrou-se do *minigame* que ganhara dias antes e pediu permissão para ir buscá-lo. Maria autorizou. O menino deveria retornar em seguida, mas isso não aconteceu. Entretida com seus afazeres, Maria só se deu conta da ausência do filho mais de duas horas depois, quando já era hora de voltar para preparar o almoço.

Maria chegou em casa às 11h30 e observou que as portas estavam fechadas. Chamou por Evandro, sem resposta. Entrou e pôde confirmar que o filho não estava lá. Ela, então, correu em busca de notícias com os vizinhos, mas ninguém

sabia dele. Quando Ademir chegou para o almoço, Maria voltou com ele à escola para checar se Evandro tinha aparecido. Nenhum sinal. Àquela altura, os dois filhos mais velhos tinham retornado e se juntaram à mãe e aos vizinhos nas buscas. O pai chegou a voltar ao serviço, mas pediu dispensa quando, às 15h, ligou para casa e soube que o caçula ainda não havia sido encontrado. No decorrer do dia, as buscas ganharam o reforço de voluntários e outras pessoas próximas à família.

O prefeito Aldo Abagge, de 66 anos, e sua esposa, Celina Cordeiro Abagge, de 53 anos, chegaram de um bate e volta a Curitiba às 18h30. Em casa, foram recebidos por policiais que contaram sobre o sumiço de Evandro – embora Maria e Ademir não fossem próximos dos Abagge, eles trabalhavam na prefeitura, tinham um parente que fora prefeito da cidade anos antes, e a família era conhecida na região.

Logo após o jantar, o prefeito foi informado de que as buscas não estavam sendo bem-sucedidas. Foi quando ele e a esposa se ofereceram para ajudar, gesto compreensível para um político numa cidade pequena como Guaratuba. Celina tinha uma perua Ford Belina, na qual, acompanhada de outras pessoas, passou a circular em busca do menino desaparecido. O trabalho prosseguiu até as 23h, quando a matriarca voltou para casa para dormir. Beatriz Cordeiro Abagge, de 29 anos, filha do casal, chegou em casa um pouco depois.

A casa da família Caetano havia se enchido de pessoas dispostas a ajudar, mas o dia terminou sem notícias do garoto. O *minigame* se encontrava no mesmo lugar em que Evandro o havia deixado na noite anterior. Ele nunca retornou para casa. Nos 250 metros de distância entre a escola e sua residência, alguém devia tê-lo sequestrado.

7 de abril de 1992

No dia seguinte, o assessor de imprensa da prefeitura, Paulo Brasil, sugeriu ao prefeito que entrasse em contato com o delegado-geral da Polícia Civil, José Maria de Paula Correia, para pedir reforços. Ele levantou a possibilidade de auxílio do Grupo TIGRE (Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial), que respondia ao delegado-geral e havia cuidado da segurança do prefeito no passado, durante um período em que ele recebera ameaças. O Grupo TIGRE era considerado a elite da Polícia Civil paranaense – inspirado na SWAT (Special Weapons and Tactics) estadunidense, fora fundado pouco mais de um ano antes em resposta à onda de sequestros que varria o Brasil – e era especializado em missões de recuperação e resgate de reféns. Aldo Abagge gostou da sugestão e entrou em contato com José Maria, que prontamente o atendeu.

Àquela altura, já tinham se passado mais de trinta horas desde o desaparecimento de Evandro e a cidade de Guaratuba estava tomada de grupos fazendo buscas, que não foram interrompidas nem durante a madrugada. Desde o caso do desaparecimento do menino Guilherme Caramês Tiburtius, em junho de 1991, em Curitiba, havia se instalado na opinião pública a sensação de um surto de crianças sendo sequestradas no Paraná. Entre Guilherme e Evandro, outras três crianças tinham desaparecido no estado. Uma delas – Leandro Bossi, de 7 anos, loiro e de olhos claros como Evandro – também em Guaratuba, menos de dois meses antes, em 15 de fevereiro.

Em condições normais, esses fatos já seriam o suficiente para deixar a cidade em polvorosa. Mas, para tornar tudo mais complexo, as eleições municipais seriam dali a poucos meses, e o casal Abagge tinha a intenção de eleger um sucessor. Com duas crianças sequestradas em uma cidade

de pouco mais de 17 mil habitantes, as cobranças por mais segurança sem dúvida cresceriam, o que talvez explicasse por que as buscas por Evandro estavam sendo mais intensas do que as que tinham sido feitas por Leandro. Ou talvez houvesse outras forças em jogo.

Na noite do dia 7 de abril, o dia seguinte ao desaparecimento de Evandro, chegaram a Guaratuba três policiais do Grupo TIGRE: Blaquenei Murilo Iglesias, Rogério Podolak Pencai e Gerson Ricardo Rocha. O grupo era comandado por dois delegados: Leila Bertolini, que se juntaria ao time no dia seguinte e ficaria entre Guaratuba e Curitiba no decorrer das investigações, e seu então marido, Adauto Abreu, fundador do TIGRE, que acompanharia o caso mais de longe, descendo para o litoral com menos frequência.

O assessor Paulo Brasil recebeu os policiais e os levou à casa do prefeito. Informados pela empregada de que Aldo e Celina estavam fora, numa festa de aniversário, os policiais e o assessor decidiram ir à casa da família Caetano, onde pediram aos pais de Evandro mais detalhes sobre o ocorrido. Quando o tinham visto pela última vez, que roupas trajava, descrição física etc. O protocolo todo. No retorno à casa da família Abagge, foram recebidos por Beatriz e Sheila, filhas do casal, que chegou em seguida. O prefeito se disse preocupado com o sumiço do menino e ofereceu aos policiais as melhores condições para que desempenhassem seus trabalhos: a gasolina das viaturas ficaria por conta da prefeitura, assim como a hospedagem no melhor hotel da cidade, o VillaReal.

Já perto da meia-noite, ouviu-se um barulho no portão da casa da família Abagge. Era Diógenes Caetano dos Santos Filho.

Ex-investigador

Diógenes, de 36 anos, era primo de Evandro, mas era frequentemente chamado de tio por conta da diferença de idade entre os dois. Ex-investigador, havia tentado a carreira de policial militar quando jovem, mas não progredira. Acabou na Polícia Civil do Paraná, onde trabalhou por dez anos. Seus dias como investigador ficaram para trás quando se formou em engenharia civil em Curitiba e decidiu retornar a Guaratuba.

Naquela noite, diante da casa do prefeito, Diógenes reclamava da postura de Paulo Brasil em relação ao caso. Segundo o engenheiro, quando jornalistas quiseram falar com os pais de Evandro, o assessor de imprensa tentou impedi-los, o que para ele não fazia sentido: se as pessoas fossem informadas, se vissem o rosto de Evandro, poderiam evitar que ele embarcasse numa rodoviária, por exemplo.

Um pouco antes, perto das 22h, Diógenes havia levado os repórteres Valter Viapiana e Fernando Cruz, da Rádio Clube, à casa da família Caetano, diante da qual tinha se juntado uma pequena multidão. Até que, de acordo com Diógenes, Paulo Brasil chegou de carro e tentou dispersar as pessoas, mas foi ignorado inclusive pelos jornalistas, que gravaram suas reportagens e voltaram para Curitiba. No entanto, dizendo suspeitar de que o prefeito buscava impedir a veiculação da notícia, Diógenes resolveu ir até a casa dele.

No relato de Diógenes, ao chegar lá, ele deparou com Celina vestida de branco, sentada na entrada, e pediu a ela que chamasse o marido, o que ela fez apenas após alguma relutância. Ainda segundo o engenheiro, quando o prefeito apareceu na porta acompanhado de Paulo Brasil, Diógenes os questionou sobre a tentativa do assessor de impedir o trabalho dos jornalistas. O assessor atribuiu a decisão a uma ordem de Aldo, que, por sua vez, informou que a polícia pedira discrição sobre o caso, pois o sequestrador poderia se

apavorar e tomar alguma atitude drástica. A discussão teria culminado com uma tentativa do prefeito de bater em Diógenes, que disse só não ter sido atingido por causa da mureta que os separava.

Segundo outras versões da mesma discussão, Diógenes ameaçou os Abagge. Enquanto ele ia embora, disse: “Se esse menino aparecer sem os órgãos daqui a alguns dias, vocês serão os responsáveis”. À Justiça, Diógenes argumentaria anos depois que, por conta das notícias que via nos jornais da época, acreditava que o sumiço de Evandro poderia estar ligado ao tráfico de órgãos.

No dia seguinte, 8 de abril, o Grupo TIGRE assumiria a investigação que fora iniciada em Guaratuba pelo delegado Gilberto Pereira da Silva. Nesses dois primeiros dias, a cidade se mobilizou para procurar Evandro. A imprensa da capital chegou à cidade atraída pela notícia do desaparecimento de mais uma criança. A repórter Mônica Santanna, à época no jornal *Folha de Londrina*, lembra ter recebido a informação pelo bipe da polícia (um sistema usado na época pelos jornais para acompanhar as ocorrências policiais) provavelmente na quarta-feira, dia 8. Assim que ouviu a notícia, Mônica percorreu os pouco mais de cem quilômetros entre Curitiba e Guaratuba para conversar com a família. “Lembro da casa, uma casa humilde, amarelinha.” O imóvel existe até hoje; fica a uma quadra da escola para onde o menino deveria ter voltado.

O corpo

Cinco dias depois do desaparecimento de Evandro, em 11 de abril de 1992, um sábado, os lenhadores Daniel Miranda e Lázaro Marchetti, que estavam fazendo um serviço de aterro numa região pouco habitada de Guaratuba, avistaram

corvos e urubus sobre um matagal nas imediações da rua Engenheiro Beltrão. Eram pouco mais de 10h da manhã.

Lázaro estava com o pé machucado, então Daniel entrou sozinho no mato para averiguar. No caminho, encontrou uma chave bem à vista e, um pouco mais adiante, descobriu o que atraía as aves – o corpo de uma criança, em avançado estado de putrefação, vestindo apenas uma bermuda.

Daniel correu para contar a Lázaro. Perto dali, os dois encontraram um dos poucos moradores da região, o também lenhador Euclídio Soares dos Reis, que se juntou a eles para comunicar a ocorrência à polícia. A notícia se espalhou com rapidez. Não demorou muito e não só policiais, mas também moradores e jornalistas que cobriam o caso, entraram no mato para ver pessoalmente o cadáver ainda largado lá no meio.

O corpo foi encontrado de costas para o chão. O couro cabeludo tinha sido completamente removido, assim como as orelhas. O cadáver também estava sem as mãos e sem os dedos dos pés. Havia um corte profundo no tórax, causado por algum instrumento manuseado com força suficiente para fazer um talho contínuo e regular, deixando o ventre todo aberto. Os órgãos internos tinham sido retirados, e não havia sangue nem qualquer víscera no chão.

Cinco etapas de verificação foram usadas para reconhecer o corpo como o de Evandro, embora a quinta, o exame de DNA, tenha ocorrido apenas meses depois. A primeira etapa foi o reconhecimento da bermuda que o cadáver vestia e da chave encontrada perto do corpo. Chamou a atenção da delegada Leila Bertolini o fato de a chave estar no único local em que seria facilmente avistada, como se tivesse sido colocada ali para facilitar a identificação de Evandro. A bermuda, reconhecida como a que o menino usava quando

desapareceu, estava manchada de sangue seco, mas a estampa ainda era visível na parte de trás.

A segunda etapa de verificação se deu ao final da tarde daquele mesmo 11 de abril, quando o corpo foi retirado do matagal e levado ao IML (Instituto Médico Legal) de Paranaguá, a cerca de quarenta minutos de Guaratuba. Lá, foi identificado por Ademir Caetano, que disse não ter dúvidas ao reconhecer uma marquinha que o filho tinha nas costas, visível apesar do grau avançado de putrefação. Ainda de forma a auxiliar a identificação no IML, a dentista de Evandro, Adaira Kessin Elias, relatou ter notado na boca do cadáver uma restauração feita em um dente de leite, numa parte chamada de “mesial” – que, por ficar colada ao dente seguinte, costuma ser de difícil acesso. Embora não tivesse consigo as fichas de atendimento de Evandro, que ficavam no hoje extinto INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), por onde o menino era atendido, ela se lembrava de ter tratado uma cárie bem ali, aproveitando que o dente vizinho, também de leite, havia caído. Adaira dizia conhecer bem Evandro porque seus filhos eram amigos dele e eles brincavam juntos.

À noite, o cadáver foi transportado de Paranaguá para Curitiba. Na manhã do dia seguinte, 12 de abril, teve início a terceira etapa de verificação: o exame feito por médicos-legistas. O laudo de necropsia, assinado por Carlos Roberto Ballin e Francisco Moraes Silva, apontava que as características do corpo eram condizentes com as de um menino de idade entre 6 e 7 anos. De acordo com o documento, o corpo apresentava as costelas serradas por um instrumento cortocontundente (como serrote, facão, machado ou similar), mas em locais que dificultavam o acesso aos órgãos, um provável indício de amadorismo por parte do assassino. Os pulmões – bem como outros órgãos – estavam ausentes, mas a má qualidade do corte e da

abertura resultaram na permanência de fragmentos do órgão dentro da caixa torácica. Segundo o laudo, parte das lesões no cadáver resultava da ação de animais necrófagos, especialmente roedores, mas a permanência de membranas serosas, que revestem os órgãos, indicava que a retirada fora feita por ação humana, não por animais.

O laudo também indicava a existência de uma região com putrefação mais avançada no pescoço, além da presença de um fenômeno chamado “dentes rosados”, identificado por Beatriz Sottile França, a odontologista responsável pelo exame de arcada dentária – a quarta etapa de verificação. Trata-se de uma coloração mais escura nos dentes de leite do que nos demais, o que poderia ser indicativo de um estado mais avançado de putrefação (seriam necessários de sete a quinze dias para atingir a coloração dos dentes do cadáver, tempo superior aos cinco dias desde o desaparecimento do menino), mas também de morte por asfixia mecânica (com um estrangulamento, os vasos dos dentes de leite se rompem e eles ficam rosados mais rapidamente). Em seu laudo, França apontou que o escurecimento desses dentes era consequência “da congestão e hemorragia pulpar observadas em casos de mortes violentas”. Nos dentes permanentes, por sua vez, a mudança na coloração seria observada no vigésimo dia após a morte, e a odontologista observou que, no caso de Evandro, esses dentes se apresentavam com coloração normal.

Ainda no dia 12, para auxiliar França na análise da arcada dentária – fundamental para a identificação da vítima, considerado o avançado estado de putrefação do corpo –, a dentista Adaira foi chamada novamente, agora ao IML de Curitiba, onde mais uma vez teve que se basear na memória que tinha da arcada dentária de Evandro e se lembrar de procedimentos realizados no menino. Na conversa com França, Adaira relatou que Evandro estava

perdendo seus dentes de leite, que os permanentes já estavam nascendo e que, nessa transição, ele tivera uma cárie em um dente permanente recém-nascido. Adaira também relatou a França outras restaurações e extrações de dentes de leite.

O laudo concluiu que “os arcos dentários periciados correspondem aos do menor Evandro Ramos Caetano, com idade aproximada entre 6 e 7 anos e que teve morte violenta com características de asfixia mecânica”. Além disso, indicou que as lesões observadas no corpo teriam sido feitas após a morte do garoto. A opinião dos peritos do IML após os procedimentos era definitiva: o corpo era de Evandro. Com isso, o Grupo TIGRE passou a investigar outro crime: em vez de um caso de sequestro, tinha em mãos um homicídio.

Oluto

A região onde o corpo foi encontrado fica no sul de Guaratuba, num lugar afastado da orla e quase no limite do perímetro urbano da cidade, dentro da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba, criada naquele mesmo ano como medida para preservar a Mata Atlântica. Na época, a região passava por um processo de abertura de ruas e de loteamento, então não era (e ainda não é) populosa. As ruas eram de areia e terra, havia escassa iluminação pública e poucas casas. Mas o local atraía gente interessada na extração de madeira ou na caça, e foram esses alguns dos primeiros convocados pelo Grupo TIGRE a prestar depoimentos. Um deles foi Euclídio Soares dos Reis, o lenhador que morava perto do local onde o corpo foi encontrado e que fora à polícia no dia 11, com Lázaro e Daniel, relatar a descoberta do cadáver.

Euclídio, que prestaria alguns depoimentos para a polícia, aparecendo nos autos também como “Euclides” ou

“Barba”, afirmou ter visto um Opala preto passar pela rua Engenheiro Beltrão pelo menos três vezes naquela semana, inclusive na noite de quinta-feira, dia 9 de abril, por volta das 19h30, indo vagarosamente em direção ao local onde o corpo foi encontrado. O carro teria retornado em alta velocidade e ido embora pouco depois. Essa tornou-se uma das principais pistas do Grupo TIGRE. Quem seria o dono do Opala preto?

Enquanto a pergunta não era respondida, a família Caetano e amigos viviam o luto da morte do menino. Em 14 de abril, três dias depois de ter sido encontrado no matagal, o corpo foi enterrado. Naquele dia de manhã, estudantes de escolas locais tinham feito uma passeata por mais segurança em Guaratuba. Uma reportagem da *Folha de Londrina* no dia seguinte, assinada por Mônica Santanna, citava a presença de centenas de moradores no enterro e mencionava a interferência da primeira-dama na passeata:

Professores e alunos da Escola Municipal Olga Silveira, onde a mãe de Evandro é secretária, também programaram uma passeata para ontem [dia 14], mas foram impedidos por Celina Abagge, mulher do prefeito de Guaratuba.

Levi Geraldino de Almeida, o responsável pela organização dos protestos, disse que a mulher do prefeito ameaçou de demissão os professores e funcionários que participassem de qualquer manifestação ou comparecessem ao enterro de Evandro. “Foi um constrangimento. Ela não tem esse direito”, reclamou Levi de Almeida. Anteontem [dia 13], quando os alunos da Escola Olga Silveira protestaram em frente à prefeitura, a mulher do prefeito acionou a PM para dispersar os manifestantes, sob a alegação de que “não pegava bem” para o município uma repercussão do caso.

Quando me concedeu uma entrevista, em 2017, Santanna relatou que, na ocasião, questionou Celina Abagge sobre a proibição dos protestos e que Celina não só se ofendeu com

a pergunta, como enviou funcionários da prefeitura para garantir que a jornalista deixasse Guaratuba. “Ela morria de medo de que o nome de Guaratuba se sujasse”, disse Santanna. Celina nega que tal fato tenha ocorrido.

A versão de Santanna faz sentido. Diversas fontes me relataram que, durante a gestão de Aldo Abagge, Celina era a verdadeira governante. Ela estava por trás de toda a articulação para a implementação do diretório local do Partido Social Trabalhista (PST), então partido do governador Alvaro Dias, e buscava lançar uma candidata sua naquele pleito de 1992. Assim, não me soa estranho que ela tentasse controlar o que saía na imprensa, ainda mais algo negativo como a morte de um garoto de 6 anos. Sem dúvida, a imagem da gestão Abagge poderia ficar prejudicada com a repercussão do caso, mesmo com o policiamento sendo de competência do governo do estado.

As investigações continuaram sem grandes novidades até que, no dia 24 de abril – isto é, dezoito dias após o desaparecimento e treze após a localização do cadáver –, os chinelos que Evandro usava foram localizados na mesma região onde o corpo fora encontrado, à beira de um riacho. Em um relatório reservado do Grupo TIGRE, assinado pelo policial Rogério Podolak Pencai para a delegada Leila Bertolini, lemos o seguinte:

Em data de hoje, estivemos percorrendo o matagal existente do outro lado do riacho, local onde foi achado o corpo do menor Evandro, desaparecido no dia 06/04/92. Após exaustivas buscas logramos êxito em encontrar dois chinelos, de cor azul, chinelos de dedo. Cada um dos chinelos estava colocado em lugares diferentes. Sem nada em cima, limpos e em local próximo à margem do riacho. Na primeira impressão nossa, achamos que os mesmos foram colocados depois do crime. Os mesmos foram acondicionados em sacos plásticos, apenas que um dos chinelos, quando transportados para o outro lado do rio, caiu na água,

ficando portanto inutilizável para a perícia. O outro chinelo continua intacto. Após a localização, levamos o chinelo para reconhecimento da mãe do garoto porque, conforme a descrição fornecida pelos pais, o garoto, no momento do desaparecimento, estaria calçando um chinelo preto, marca Raider [sic]. A mãe [reconheceu] o chinelo como sendo o do seu filho.

Causava estranheza aos policiais o fato de os chinelos encontrados diferirem dos descritos pelo casal Caetano: não só não tinham marca, como não eram totalmente pretos. No entanto, assim que Maria os viu, afirmou que eram, sim, aqueles que Evandro usava. Anos depois, a delegada Leila Bertolini afirmou, em depoimentos diante do tribunal do júri, que achava curioso o fato de os chinelos não terem sido vistos logo que o corpo foi encontrado, durante a busca minuciosa feita no matagal. Assim como os policiais que os encontraram, perguntava-se se teriam sido plantados naquele local. Disse ainda que lhe causava estranhamento o fato de os chinelos parecerem limpos e novos demais.

Teria a mãe de Evandro se confundido quando os reconheceu?

No mesmo depoimento, em 1998, a delegada explicou por que um dos pés do chinelo tinha caído na água. Os policiais haviam discutido com o delegado Adauto Abreu se os chinelos poderiam ter sido jogados do outro lado do rio. Adauto acreditava que isso seria impossível e, para provar, decidiu arremessar um dos pés em direção ao outro lado. Dito e feito: o chinelo caiu no rio, tornando-se inutilizável para a perícia.

Durante três meses, diversas linhas de investigação foram abertas, mas nada de chegarem a um suspeito. Até que, em julho de 1992, tudo mudou.

A reviravolta

No fim da tarde de 2 de julho de 1992, uma quinta-feira, perto de cem pessoas, incluindo jornalistas, se concentravam ao redor do Fórum de Guaratuba. Lá dentro, sob a acusação de terem assassinado Evandro Ramos Caetano, estavam detidas Celina e Beatriz Abagge – a primeira-dama da cidade e sua filha.

Na entrada do fórum estava o então secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Moacir Favetti. Em entrevista veiculada no popular programa *Aqui Agora*, do SBT, ele informava que Evandro tinha sido morto num ritual de magia negra a mando das duas mulheres, com o envolvimento de outras três pessoas que até então também não haviam sido apontadas na imprensa como suspeitas.

FAVETTI: Temos a confissão e principalmente de uma forma hedionda, uma coisa que é revoltante, em que se sacrifica [sic] crianças em busca de alguma coisa que acham que seja sobrenatural. Uma coisa que é revoltante e que, para nós, será ponto de honra delimitarmos integralmente esses fatos, buscarmos todas as pessoas que estejam envolvidas e trancafiá-las na cadeia.

REPÓRTER: O crime estaria ligado a rituais satânicos, secretário?

FAVETTI: Com certeza. E é um absurdo que no liminar do ano 2000 nós tenhamos isso ainda no Brasil e uma coisa hedionda, besta, que não se admite.

REPÓRTER: Além dessas cinco pessoas, o senhor acredita que existam mais pessoas envolvidas?

FAVETTI: Por enquanto estas. Nós vamos buscar mais.

REPÓRTER: E o envolvimento da esposa do prefeito e filha, secretário?

FAVETTI: Nós estamos investigando com fortes indícios ainda.

REPÓRTER: O senhor faz algumas ligações com os outros desaparecimentos ocorridos aqui em Guaratuba?

FAVETTI: Nada para a polícia deve-se descartar. Nós estamos investigando e delimitando. Se há outros casos, serão punidos também por esses crimes hediondos.

Dado o risco de linchamento, mãe e filha foram retiradas do fórum às pressas e levadas para Matinhos, município vizinho, nos carros dos policiais que as acompanhavam. Em imagens de tv da época, é possível ver o momento em que várias pessoas avançam sobre um dos carros na tentativa de atacar Celina. O veículo sai cantando pneus, com a multidão aos berros de “assassinas” ao fundo.

Por questão de segurança, foi designada uma balsa exclusiva para as Abagge. O destino era o quartel da Polícia Militar de Matinhos. Lá, já estavam detidos três homens que teriam participado do ritual: o pai de santo Osvaldo Marcineiro, seu amigo e auxiliar Vicente de Paula Ferreira e outro amigo, Davi dos Santos Soares.

Durante aquela noite e a madrugada do dia 3 de julho, os cinco presos prestaram seus depoimentos oficiais perante um delegado e promotores de Justiça da cidade de Paranaguá então designados para o caso. Na manhã daquela sexta-feira, todos foram transferidos para Curitiba, e a família Abagge conseguiu, às pressas, contratar um renomado advogado criminalista do Paraná, Dálio Zippin Filho. A pedido dele, as mulheres foram submetidas a exames de lesões corporais no IML da capital. Em seguida, mesmo sem advogados, os três homens passaram pelos mesmos exames. À tarde, Favetti convocou uma entrevista coletiva na Secretaria de Segurança Pública na qual apresentaria os presos. Por liminar decretada a pedido de Zippin, as Abagge foram dispensadas do evento.

Quando os três homens se sentaram à mesa para dar suas declarações, havia um mar de microfones. Jornalistas do Brasil inteiro queriam ouvir as declarações dos “bruxos”. Estavam presentes também pais e mães de crianças desaparecidas no Paraná, entre os quais, João Bossi (pai de Leandro, o outro menino de Guaratuba que tinha sumido no início de 1992) e Arlete Caramês Tiburtius (mãe de

Guilherme, do caso que tinha se tornado o mais emblemático até então).

Na entrevista coletiva, Osvaldo, De Paula e Davi explicaram que o menino Evandro fora morto num ritual para Exu encomendado por Celina Abagge com o objetivo de abrir caminhos financeiros e políticos. Para tanto, Osvaldo e De Paula teriam recebido cerca de 7 milhões de cruzeiros (o equivalente a 32 mil reais em 2021). O crime teria ocorrido na noite do dia 7 de abril, terça-feira, às 7h da noite, na serraria Abagge, empresa que era da família havia décadas e que ajudara a construir a carreira e a reputação de Aldo como empresário. Eles também relatavam a participação de dois outros homens: Airton Bardelli dos Santos, gerente da serraria, e Francisco Sérgio Cristofolini, vizinho de Osvaldo.

Como não há uma cópia da coletiva de imprensa completa, reproduzo a seguir trechos que passaram em diferentes canais de TV:

DAVI: Eu não sei se eles sabia. Como eu tô dizendo, eu não posso afirmar, eu simplesmente fiquei com medo de falar pra eles o que tinha acontecido. Aí eu pensei melhor e achei melhor pra mim que uma hora ou outra ia vir à tona isso com certeza. Aí como eu, no meu entender, acho que eu não... eu nem coloquei o dedo nesse garoto. Eu nem mexi com ele no lugar, eu não fiz nada. Eu simplesmente assisti.

REPÓRTER: Então quem que matou esse menino, se não foi nenhum de vocês três?

DAVI: Eu, como fui uma pessoa que fiquei observando, do lado de fora, que eu não entendia do negócio, começou assim... Esse garoto já tava asfixiado, acho que ele já tava a bem dizer morto, talvez, porque não dava pra ver se tinha alguma... assim, da onde eu tava não dava pra ver. Não sei se eles [Osvaldo e De Paula] perto dava pra ver se fazia barulho. Mas eu tava à distância de dois ou três metros, porque o lugar era pequeno, também não dava pra entrar. Aí começou-se, o De Paula, ele foi cortar o garoto no lado direito...

OSVALDO: Deixa eu fazer uma declaração. A Beatriz comentou pra mim, tá... eu só não sei dizer se foi antes ou depois, o número exato... que o Paulo Brasil levou o dr. Aldo Abagge em um centro que tem de candomblé no bairro Nereidas. Não sei dizer exatamente, no bairro Nereidas. Em Guaratuba. Tiveram nesse bairro Nereidas lá, que é um lugar que não tem luz, no meio do mato, amplo, é cheio de casinhas, e tem uma que é preto e vermelha. Lá é feito rituais a Exu. E lá, essa dona do terreiro tava incorporada a um Exu. E esse Exu deu pra Beatriz beber um... ela na hora não sabia dizer se era vinho, o que que era... que vinho não tem condição de ser porque o Exu não bebe vinho. Vinho é coisa de Preto Velho. Deu pra ela beber, depois ela comentando pra gente que ela mesma achou que podia ser sangue que ela tinha tomado lá.

REPÓRTER: Isso ela tinha ido com o prefeito?

OSVALDO: Foi, o prefeito teve junto. Eu não sei dizer a data.

REPÓRTER: Osvaldo, era você quem definia quais eram os passos do ritual?

OSVALDO: Não, não tinha essa definição exata. A dona Celina queria o coração. Ela pegou o coração na mão, levantou e pediu... que o coração era pra representar o coração da firma dela e a vitória do partido do marido dela. Que ele ia lançar um novo candidato, não sei o que que era diretamente. Eu sei que dessa ela vai escapar porque é a primeira-dama do município, pelo marido ser prefeito, pela amizade política... Ela dessa vai escapar. Mas já que eu vou pagar, tô sendo sincero, vou falar abertamente o que aconteceu...

DE PAULA: A criança foi colhida pela dona Celina e a Beatriz um dia antes. Um dia antes. Mas eles ficaram em poder da criança até no outro dia, no dia em que foi feito o trabalho.

REPÓRTERES: Quem matou?

DE PAULA: Veja bem... a criança quando estava inerte, e como era luz de vela, eu não posso dizer se estava... já estava morta ou não [...] sido asfixiada parece que pelo Bardelli, por quê? Porque ela estava fazendo barulho.

OSVALDO: [...] criança não entendeu nada, e quando ela falou que não achou o bode, o Bardelli falou que não achou o bode, “vamo

fazer o trabalho na criança”, e num desespero nosso, eu num sei o porquê o... acabamos fazendo essa loucura. Aí acabamos saindo eu e a...

REPÓRTER: Vocês beberam o sangue da criança?

OSVALDO: [...] eu e a Beatriz saímos, fomos buscar uma peça, quando eu voltei a criança tava morta, mas pelo...

REPÓRTER: Quem matou a criança?

OSVALDO: Quem matou a criança, ao que tudo indica, ou foi o Sérgio [Cristofolini] ou o Airton...

REPÓRTER: Bardelli.

OSVALDO: Bardelli.

REPÓRTER: E o De Paula?

OSVALDO: De Paula teve a participação que ele começou a abrir depois da criança já morta. Quando eu cheguei, tava a criança morta. A participação dele foi que ele começou a querer abrir um lado do peito da criança...

REPÓRTER: E a sua participação?

OSVALDO: ... do peito da criança... Eu já explico a minha participação. Do peito da criança, aí a dona Celina, ela disse que daquele lado não era, que não tava o coração, e com ajuda do Bardelli começou a abrir o outro lado até tirar o coração da criança.

REPÓRTER: Serra elétrica?

OSVALDO: Foi uma serra, não, não era elétrica a serra. E ela abriu e tirou com as próprias mãos o coração.

REPÓRTER: Ela e quem?

OSVALDO: Ela e o Bardelli.

REPÓRTER: Celina?

OSVALDO: É.

OSVALDO: Ela parecia saber com convicção daonde que era, como que era, tirou, tirou com a própria mão dela, onde foi depositado numa tigela de barro, ia pedindo proteção, força para abrir os caminhos porque esse tipo de trabalho como ela mesmo relatou foi que ia ser feito com as próprias mãos pra conseguir...

REPÓRTER: O que que é abrir caminho?

OSVALDO: Abrir os caminhos financeiros da firma do seu Aldo Abagge e da...

REPÓRTER: Pra quem vocês pediram a proteção? Demônio?

OSVALDO: Ao Exu.

A essa altura, com a prisão de Airton Bardelli e Sérgio Cristofolini em Guaratuba, eram sete os presos envolvidos com o caso. Já no final da coletiva, o secretário Favetti deu a seguinte declaração ao SBT:

REPÓRTER: O senhor acha que tem mais gente envolvida nessa história?

FAVETTI: Eu acho que nesse caso o circuito está fechado. Que o 7 é um número cabalístico que deve ter sido feito para executar esse ritual.

Quatro dias depois, na capa do jornal *Tribuna do Paraná*, lia-se a seguinte manchete:

RETRATOS FALADOS LEMBRAM OS BRUXOS

Os retratos falados dos homens que raptaram Guilherme Tiburtius [desaparecido em 17 de junho de 1991] e Éverton Gonçalves [desaparecido em 23 de dezembro de 1988] correspondem com as características de Osvaldo Marcineiro e Davi Soares, líderes do grupo que matou Evandro.

Estampadas junto da reportagem, estavam as fotos de Osvaldo Marcineiro e Davi dos Santos Soares. Ao lado de cada um, os retratos falados dos suspeitos dos casos mencionados, feitos a partir dos relatos de testemunhas. A narrativa que se desenhava era clara: havia uma seita em Guaratuba, e ela podia estar por trás do desaparecimento de outras crianças. Seriam eles os responsáveis pelo surto de sequestros de menores no início da década de 1990?

No mesmo dia da reportagem, Favetti deu uma declaração ao programa de TV do jornalista Carlos Simões. Depois de relatar os esforços da defesa das Abagge para conseguir um *habeas corpus*, o secretário de Segurança Pública afirmou que, caso os acusados fossem libertados

pela Justiça, ele os soltaria em praça pública, não podendo se responsabilizar pela integridade física deles.

No dia seguinte, 8 de julho, cidadãos se reuniram para uma passeata em Guaratuba exigindo justiça no caso do menor Evandro. Jogaram pedras no prédio da prefeitura e invadiram e depredaram a casa da família Abagge, logo em frente – Aldo e sua filha Sheila haviam deixado Guaratuba no dia das prisões. Um boneco de pano que representava Celina foi linchado. A população exigia a renúncia do prefeito – que, por não estar em Guaratuba, enfrentava o risco de ter o mandato cassado –, e os vereadores, baseando-se em relatos de que a serraria Abagge enfrentava dificuldades financeiras, abriram um processo de investigação para descobrir se o dinheiro pago para o ritual teria vindo de fundos da prefeitura. A revolta foi noticiada pelo jornal *Diário Popular*, que trazia ainda a íntegra do interrogatório de Osvaldo Marcineiro feito por promotores e um delegado no quartel da Polícia Militar de Matinhos, na madrugada entre os dias 2 e 3 de julho.

Vamos tratar desse interrogatório mais adiante. Por ora, fiquemos com outro ainda mais impactante, do dia 9 de julho, quando Favetti convocou repórteres de vários veículos para mostrar uma fita de áudio do interrogatório de Beatriz e Celina Abagge pelos policiais que as haviam prendido. Na fita, elas confessavam o assassinato de Evandro. Trechos dessa fita rodaram em todos os canais de TV da época. A transcrição a seguir é de uma matéria originalmente veiculada na Rede Globo nesse mesmo dia, e não segue necessariamente a ordem do áudio original.

BEATRIZ: Nós pegamos a criança, eu e a minha mãe... pegamos a criança e levamos a criança para um quartinho na fábrica... demos uma bala pra ele e ele entrou no carro...

CELINA: Daí nós matamos o menino.

POLICIAL: Quem matou? Quem estava junto?

CELINA: O Osvaldo, o De Paula... eu e minha filha.

BEATRIZ: Daí começaram os trabalhos. Cada uma de nós segurou em uma mão da criança e o Osvaldo segurou embaixo as pernas... e daí o De Paula fez... cortou... estrangulou...

POLICIAL: Por que que foi feito isso? Por que que foi sacrificada a criança?

BEATRIZ: É pra vir mais fortuna, justiça...

POLICIAL: Pra quem?

BEATRIZ: Pra minha família...

No dia 10 de julho, o jornal paranaense *Diário Popular* trazia a transcrição completa da fita, estampando em sua primeira página:

SACRIFÍCIO SATÂNICO

Esposa e filha do prefeito de Guaratuba relatam como participaram da morte do garoto Evandro.

Secretário Favetti liberou os interrogatórios de mãe e filha.

Beatriz contou tudo. Exigiu que a mãe também falasse.

Celina chegou a dizer que a filha estava mentindo.

No dia seguinte, a manchete do mesmo jornal dizia: “Seita do Demônio: Um caderninho de notas mostra o nome do prefeito de Guaratuba, Aldo Abagge, envolvido com o pai de santo que sacrificou Evandro”. Na matéria, lia-se que os cadernos tinham sido encontrados na casa de Andrea Pereira Barros, companheira de Osvaldo, e traziam nomes de mais de quinhentos clientes – entre eles, três dos suspeitos, Bardelli, Cristofolini e Davi. Dizia ainda:

O prefeito Aldo Abagge, sua esposa Celina Cordeiro Abagge e suas filhas, Beatriz e Sheila, estiveram com o Bruxo. Aldo esteve no dia 29 de janeiro, quando foram jogados búzios. Na ocasião, o prefeito foi informado de que suas terras, seus negócios, como madeira e outros, estavam atrapalhados e bloqueados. Foi

orientado de que deveria mandar executar um trabalho para que os caminhos fossem abertos.

Na mesma data, Celina também consultou e foi informada da situação. [...] Mais adiante é mencionada a presença, no mesmo dia, de Beatriz. Ela foi informada de possuir mediunidade e que precisava desenvolver-se [...].

Sheila Cordeiro Abagge, acompanhando seus pais, também consultou o chamado pai de santo [...]. Foi informada também sobre mediunidade.

Andrea anotava nos cadernos os trabalhos e consultas realizados pelo pai de santo. Sobre esse achado, o delegado Noronha deu uma declaração para uma reportagem da extinta rede OM, atual CNT: “O dia do desaparecimento das crianças é o único em que não consta nenhuma consulta marcada. Ou seja, ele não se encontrava na tenda onde regularmente fazia as consultas”.

Após inúmeras diligências e interrogatórios, a participação do prefeito na suposta seita satânica foi rejeitada e toda a acusação concentrou-se nas sete pessoas presas originalmente. Ainda assim, não havia mais clima para que Aldo Abagge se mantivesse prefeito, o que ficou evidente na noite de 5 de agosto, quando, numa tentativa de retorno à prefeitura após um mês fora da cidade, ele quase foi linchado. Foi necessário que a PM fizesse um cordão de isolamento para protegê-lo. Quando saiu de uma das viaturas, jogaram-lhe pedras. No dia seguinte, a Câmara de Vereadores votou pelo seu impeachment, usando como pretexto, de acordo com o jornal *Tribuna da Bahia*, um decreto assinado por Abagge em maio daquele ano pelo qual dividia em duas uma área destinada à construção do estádio municipal. O decreto estabelecia que metade do terreno abrigaria um Centro Integrado de Apoio à Criança (CIAC):

Segundo o presidente da Câmara, Emílio Mattos de Souza (PMDB), o prefeito cometeu irregularidades ao não propor a alteração da lei ou revogá-la. Souza admitiu ontem que o decreto foi um mero pretexto para atender ao “clamor” da população, que vinha pedindo a renúncia de Aldo Abagge desde que sua mulher, Celina Cordeiro Abagge, e uma de suas filhas, Beatriz, foram presas.

Durante semanas, toda nova informação passada pela polícia estampava as primeiras páginas dos principais jornais do estado, e algumas matérias televisivas sobre o caso apareciam na grade dos telejornais de cobertura nacional. A jornalista Mônica Santanna me contou que, logo após as prisões, entrou em contato com Leila Bertolini, a delegada do Grupo TIGRE, e lhe perguntou como a polícia tinha chegado a elas. A resposta de Bertolini foi: “Eu não sei”.

* * *

O Grupo TIGRE, que investigava o caso Evandro desde 8 de abril, nada tinha a ver com as prisões. Elas tinham sido realizadas pelo ÁGUIA (Ação de Grupo Unido de Inteligência e Ataque), um grupo especial do setor de inteligência da Polícia Militar, a chamada P2, que àquela altura tinha como objetivo principal combater o crime organizado. Essa investigação paralela teria sido feita com auxílio da Polícia Federal e sem a ciência do Grupo TIGRE, que fazia parte da Polícia Civil. A falta de comunicação fora proposital: segundo Favetti, havia indícios de que o TIGRE estava sendo ludibriado pela família Abagge, que manipularia as investigações de forma a impedir a resolução do crime. Prova disso seria o fato de os policiais estarem hospedados no melhor hotel da cidade às custas da prefeitura, frequentarem regularmente a casa do prefeito e usarem os

carros particulares da família Abagge para alguns trabalhos.

O relatório da Polícia Militar foi batizado de Operação Magia Negra. Ele é datado de 7 de julho de 1992 e assinado pelo então capitão do Grupo ÁGUIA Valdir Copetti Neves. O texto informa que o ponto de partida da operação foi um depoimento prestado ao Ministério Público do Estado do Paraná. O depoente era Diógenes Caetano dos Santos Filho.

2. Operação Magia Negra

Os primeiros personagens

Em diversas entrevistas e depoimentos concedidos desde 1992, Diógenes Caetano repete que, a princípio, não tinha motivos para desconfiar dos Abagge, mas, sendo ex-policia, decidiu iniciar uma investigação por conta própria. Diz ter notado dois comportamentos que considerava estranhos: o primeiro na noite de 7 de abril, quando Paulo Brasil teria tentado impedir a imprensa de falar com a família Caetano; o segundo nos dias 13 e 14 de abril, quando, segundo o noticiário da época, Celina proibiu funcionários da prefeitura e alunos de realizarem manifestações em memória de Evandro.

Ao ser informado de que o Grupo TIGRE seria o responsável pelas investigações, Diógenes buscou contato com a delegada Leila Bertolini para passar informações. Uma figura em especial aparecia em seus relatos: um homem que havia chegado a Guaratuba apenas alguns meses antes e virado a sensação da cidade, o pai de santo e leitor de búzios Osvaldo Marcineiro.

Era comum, durante a temporada de verão, repleta de turistas, Guaratuba receber ambulantes, artesãos e todo tipo de gente disposta a aproveitar as férias escolares para faturar com o turismo. Foi numa dessas ondas migratórias que, em janeiro de 1992, Osvaldo Marcineiro apareceu por lá. Paulistano, Osvaldo tinha 31 anos e era um tipo comum, magro e de cabelos pretos e lisos. Ele se mudara de São Paulo acompanhado da namorada, Andrea Pereira Barros, para o andar de cima de um sobrado alugado na região central de Guaratuba. Na parte de baixo do imóvel morava

Francisco Sérgio Cristofolini, de 33 anos, com a esposa e o único filho. Cristofolini era católico e trabalhava no bar do sogro; às vezes, tomava um café na casa do inquilino.

Oswaldo e Andrea se estabeleceram na feira de artesanato da cidade, onde ele passou a ler búzios. Após a temporada de verão, começou a oferecer serviços espirituais em sua casa, que recebeu o nome de Centro Espírita Filantrópico Abbassa Doece. Ao longo das investigações, diversas vezes Oswaldo disse que sua casa não teria condições de ser um centro espírita de fato.² Ele passou boa parte do seu tempo em Guaratuba tentando uma articulação com outros pais e mães de santo, além de políticos locais, para formar um centro próprio para atividades como as suas. Enquanto isso não acontecia, sua casa acabava servindo como local de encontros e leituras. Com ou sem um centro apropriado, durante a temporada de verão, a leitura de búzios de Oswaldo virou uma febre na cidade, inclusive para Beatriz, filha do prefeito, que sempre fora interessada em assuntos de natureza mística.

Aos 29 anos, Beatriz era terapeuta ocupacional e diretora do Centro de Especialidade Municipal. Tinha adotado duas crianças gêmeas, um menino e uma menina, que moravam com ela na casa dos seus pais. Ela era mãe solteira, e o processo de adoção fora facilitado graças ao trabalho da juíza da comarca, Anésia Edith Kowalski, amiga de longa data da família Abagge.

Uma noite, durante uma festa na casa de Aldo Abagge, o pai de santo foi chamado para ler a sorte dos convidados, entre eles a primeira-dama. Mãe de cinco filhos (Carmela, Beatriz, Aldo Júnior, Sheila e Maurício, este adotado), além de dois que ela não chegou a adotar, mas sempre considerou como filhos (Laertes e Silvia), Celina tinha 53 anos, treze a menos que o marido, e chamava a atenção por sua beleza. Era conhecida por ser católica fervorosa, tendo como

companhia frequente o pároco da cidade, Adriano Franzoi. Como primeira-dama, ela não apenas exercia o papel de matriarca, ajudando a cuidar dos netos e da casa enquanto Aldo chefiava a cidade e a serraria da família, como também comandava o Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR), o órgão de assistência social da prefeitura, além de, como já mencionado, se empenhar na busca de um sucessor para o marido e na articulação para criar o diretório local do PST. Por causa desses esforços, boa parte das atividades políticas de Celina em 1992 envolvia angariar potenciais filiados e lideranças locais.

Segundo um depoimento de Marta Aparecida Bonardi, amiga e colega de trabalho de Celina numa das creches da cidade, a primeira-dama se incomodava com o crescente interesse de Beatriz pelo misticismo, pela umbanda e pelo espiritismo. Ela confrontava a filha, que ia ao centro espírita com amigas ou a empregada da família, e chegou a consultar o padre Franzoi a respeito. No relato de Bonardi, Beatriz dissera a Celina que o pai de santo promovia limpezas e sacrifícios para entidades e que, no centro, as pessoas cantavam e dançavam em homenagem aos orixás. A jovem teria chegado a assumir, por um período, o papel de tesoureira no projeto de Osvaldo de formar um novo terreiro, iniciativa que já estava bem articulada na cidade, mesmo entre a alta sociedade guaratubense.

Bonardi também conta que, na noite em que Osvaldo leu os búzios para a família Abagge, ele teria recomendado um “trabalho de limpeza” na serraria Abagge. Por insistência de Beatriz, Aldo consentiu. O trabalho incluiria colocar oferendas (ovos, farinha e pipoca) nos cantos do terreno e construir uma pequena casa para receber uma vela. Foram essas as informações que Andrea Barros registrou nos cadernos de Osvaldo e que, meses mais tarde, seriam

citadas em reportagem do *Diário Popular* e usadas como prova do vínculo entre os Abagge e o pai de santo.

Entre os frequentadores da casa de Osvaldo estava o amigo e também pai de santo Vicente de Paula Ferreira, de 42 anos, que morava em Curitiba, mas ia com frequência ao litoral. De Paula trabalhava como pintor letrista, era alto e magro e tinha os dentes estragados. Casado, tinha três filhos e era quase analfabeto, apesar de ter concluído o ensino fundamental. Era De Paula quem costumava sacrificar as aves usadas em rituais do terreiro, passando uma faca na garganta dos animais. Os sacrifícios, segundo ele, tinham função purificadora e serviam para abrir caminhos.

Outro amigo de Osvaldo era o artesão Davi dos Santos Soares, de 30 anos. Baixinho e obeso, Davi se declarava católico, mas participava de algumas sessões no terreiro. Durante a semana, vendia produtos artesanais para sustentar a mulher e os quatro filhos. Davi era também vice-presidente da Associação de Artesãos de Guaratuba e, como tal, pode ter sido fundamental para que Osvaldo permanecesse na cidade.

Suspeitas na feira

Quando tive a oportunidade de conversar com Diógenes Caetano, no final de 2016, tentei conseguir detalhes sobre sua investigação particular. Contudo, nas diversas vezes em que perguntei a origem de suas informações, recebi respostas como: “As pessoas têm medo de falar sobre isso, prefiro não envolvê-las mais”. Apesar desse empecilho – compreensível, se pensarmos em termos de proteção de fontes –, pude entender melhor o raciocínio de Diógenes vendo os autos do processo. Em especial, um depoimento que ele prestou à juíza Anésia Edith Kowalski – a amiga da família Abagge – em 13 de agosto de 1992. É desse

depoimento que extraio boa parte das informações deste capítulo.

Ao que tudo indica, após a postura de Celina contra a passeata dos estudantes, Diógenes passou a dar especial atenção à proximidade de Beatriz com Osvaldo. E foi aí que começou a relacionar alguns eventos que ocorreram antes mesmo de Evandro desaparecer.

De acordo com Diógenes, em janeiro daquele ano ele fora procurado por um homem chamado Rubens Serafim, então secretário da Associação de Artesãos. Rubens teria pedido a Diógenes que publicasse um panfleto denunciando uma irregularidade: alguém estava usando o espaço da feira para uma atividade que não estava relacionada com o comércio de produtos artesanais. Essa pessoa era Osvaldo Marcineiro, que exercia a atividade de leitor de búzios. Rubens teria falado sobre o ocorrido com Denise Rangel, secretária de Turismo e Esportes da prefeitura, recebendo como resposta a informação de que Osvaldo permaneceria na feira por ordem de Celina e que, se os outros artesãos não aceitassem, seriam todos retirados do local.

Em depoimento prestado em 4 de dezembro de 1992, Denise deu outra versão. Ela relatou não recordar quem lhe apresentara Osvaldo, embora se lembrasse de ter sido procurada pela namorada dele, que queria um espaço na feira de artesanato para a leitura de búzios. Ela disse que chegou a consultar os artesãos e que a maioria achou que seria uma boa atração para a feira, mas alguns não concordaram. Antes de tomar qualquer decisão, Denise procurou o prefeito, que lhe pediu que consultasse a Associação de Artesãos. A Associação teria concordado com a presença de Osvaldo, que por sua vez montou a barraca ao lado da de sua namorada, num local no fundo da feira, próximo ao lixo.

Na época, a Associação de Artesãos estava mudando de gestão – segundo Denise, com algumas desavenças. A presidente na ocasião da instalação da barraca de Osvaldo era Maria Helena Moro Martins, esposa de Paulo Brasil, o assessor de imprensa da prefeitura. O vice-presidente era Davi Soares.

Em 21 de abril de 1992, Maria Helena e Paulo Brasil se separaram, e tudo indica que o rompimento não foi dos mais tranquilos. O assessor da prefeitura saiu de casa e passou a viver no Hotel VillaReal, o mesmo onde o Grupo TIGRE, já na investigação do caso Evandro, estava hospedado às custas da prefeitura. Maria Helena, em depoimento, fez acusações sérias contra Paulo Brasil, dizendo que ele se mostrava excessivamente nervoso após o assassinato do garoto e que acreditava que ele sabia desde o princípio quem eram os culpados. Apesar dessas declarações, Paulo Brasil, assim como Aldo Abagge, nunca chegou a ser formalmente acusado de fazer parte do grupo que teria sacrificado Evandro no ritual de magia negra.

Independentemente de qual fosse a versão mais precisa sobre os conflitos na feira, o fato é que, nos meses seguintes ao desaparecimento de Evandro, Denise Rangel foi apontada como candidata à prefeitura pelo PST de Celina Abagge.

Para formar o diretório local do partido, Celina precisava de gente. E quanto mais influentes essas pessoas fossem, melhor. Com o poder de articulação da Associação de Artesãos e a popularidade que Osvaldo já conquistara na cidade, não demorou para que ela buscasse o apoio dele e de Davi. A este último, conforme depoimento dele em 2004, Celina ofertou a possibilidade de concorrer como vereador. Osvaldo, por sua vez, não só articulava com outros terreiros uma possível unificação em local a ser comandado por ele,

como também tentava emplacar na prefeitura a ideia de promover uma festa para Iemanjá em Guaratuba. E Beatriz Abagge, que fazia parte do grupo que o ajudava na formação de um novo terreiro, era o principal elo de boa parte de seus planos.

As profecias

Em diversos depoimentos, Diógenes citou outros dois acontecimentos que diz terem chamado sua atenção durante suas investigações. O primeiro, em meados de janeiro de 1992, quando Maria Caetano, mãe de Evandro, teria se consultado com uma vidente de nome Stier. Nesse encontro, após olhar no fundo de um copo d'água, Stier teria alertado Maria de que ela perderia uma joia muito preciosa, levando a mãe de Evandro a responder que era pobre, que não possuía nenhum objeto de grande valor. Após o sumiço de Evandro e o aparecimento do corpo, a vidente teria se encontrado novamente com Maria e lhe dito: “Eu não podia te falar na hora, mas essa era a joia que você ia perder”. Stier era sogra de Davi Soares.

Maria, que assim como o marido Ademir nunca depôs em júri e há muitos anos não fala com a imprensa, não chegou a confirmar essa história oficialmente, até onde sei. Também nunca tive a oportunidade de conversar com eles para tirar esse tipo de dúvida.

O segundo evento, vinte dias antes do desaparecimento de Evandro, seria uma profecia feita por Osvaldo Marcineiro diante de umas sete ou oito pessoas, dando conta de que uma grande tragédia se abateria sobre a cidade. Diógenes não estava presente, mas disse ter escutado a história de duas testemunhas que também nunca foram ouvidas oficialmente. Diógenes afirmou achar suspeito que, após o sumiço de Evandro, Osvaldo tivesse aumentado em

quatrocentos por cento o valor de suas consultas, como se antecipasse um aumento na procura por seus serviços após a premonição. A tentativa de reajuste citada por Diógenes, sobre a qual não temos confirmação, teria acabado frustrada, rejeitada pelos fiéis. Ele complementou que nunca acreditou em poderes premonitórios e que, portanto, tanto Stier (que nunca chegou a ser indiciada) quanto Osvaldo deviam saber o que estava acontecendo.

Diógenes buscava encaminhar para a delegada Leila e seus policiais do Grupo TIGRE todo tipo de informações acerca de atividades suspeitas de Osvaldo e de seu envolvimento com a família Abagge. Mas, ao notar que suas denúncias não surtiam efeito, disse ter sido tomado de um novo receio: a proximidade da família do prefeito com o Grupo TIGRE.

No dia 29 de maio de 1992, Diógenes dirigiu-se à Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, em Curitiba, e prestou um longo depoimento ao então procurador Celso Carneiro Amaral, no qual narrou uma série de acontecimentos que lhe chamavam a atenção: da estranha presença de Osvaldo na feira, sob a proteção de Celina, passando pelas profecias do pai de santo e de Stier, até relatos de que, em rituais, Osvaldo sacrificava animais que terminavam em estado semelhante àquele no qual o corpo de Evandro havia sido encontrado.

Em certos pontos do depoimento, Diógenes refere-se ao empresário Antonio Costa, alegando que, em meados de fevereiro, quando do desaparecimento de Leandro Bossi, o “pessoal do búzios” era frequentemente visto em companhia dele e do genro de Stier (Diógenes não sabia o nome de Davi). Diógenes também chamou atenção para o fato de Costa ter se desfiliado do Partido Democrata Cristão (PDC) para se associar ao PST de Celina Abagge. Em troca, disse, Celina pagaria as dívidas de Costa e conseguiria o

arquivamento de um suposto processo administrativo de um ex-empregador contra ele.³

Diógenes buscava convencer o procurador Amaral de que estaria ocorrendo uma mobilização política atípica em Guaratuba, que incluía Celina como força motriz e contava com a estranha participação do pai de santo recém-chegado Osvaldo Marcineiro. Afinal, que interesse teria Celina em proteger Osvaldo na feira? Diógenes também mencionou que Osvaldo estava para “abrir um centro de umbanda em sociedade com Beatriz, filha do prefeito”. Mais adiante, para reforçar o perfil aparentemente sinistro da família Abagge, ele citou um evento que envolvia a irmã de Beatriz, Sheila, dizendo que ela mandava suas alunas se vestirem com capuz e guarda-pós brancos e saírem à noite com velas nas mãos.⁴ Afirmou, inclusive, ter presenciado aquilo e que a “líder” das garotas tinha um esqueleto estampado na túnica.

No mesmo depoimento, Diógenes contou que, no dia seguinte ao desaparecimento de Evandro, depois da discussão entre ele e o prefeito, algo suspeito aconteceu na casa dos Caetano. Quem lhe narrou o fato foi Davina Correia Ramos Pikcius, tia de Evandro por parte de mãe. Dada a importância do seu relato, a própria Davina foi prestar declaração ao Ministério Público do Paraná no dia 19 de junho de 1992, perante o promotor de Paranaguá Alcides Bittencourt Neto.

A busca na madrugada

O relato a seguir é baseado na primeira declaração dada por Davina.

Na noite do dia 7 de abril, cerca de trinta e seis horas após o desaparecimento de Evandro, Davina estava na casa da irmã, Maria Caetano, quando, por volta das 23h, apareceram oito pessoas querendo ajudar – o relato não menciona a

presença de Maria, Ademir e os irmãos de Evandro na casa naquele momento, mas por aqueles dias a casa dos Caetano estava sempre cheia de gente. Os visitantes eram o empresário Antonio Costa; sua esposa, Malgarete; Beatriz Abagge; Carmelita Cristofolini, mãe de Sérgio; Osvaldo Marcineiro, acompanhado de “uma tradutora” cujo nome Davina não sabia (era Andrea Barros); “um tal de ‘Chero’, genro de Stier” (o genro de Stier era Davi Soares, mas seu apelido não era “Chero” – esse foi um equívoco do relato de Davina que Diógenes também repercutiria em seus depoimentos); e Vicente de Paula Ferreira.

Dentro da casa, Osvaldo pediu um quartinho para fazer uma oração. Lá entraram Davina, seu marido, Mario, e as oito pessoas. Enquanto oravam, uma entidade se manifestou em Osvaldo, comunicando-se de maneira incompreensível aos demais, mas traduzida por Andrea. Em certo momento, Davina perguntou à entidade se Evandro estava vivo. Ela respondeu que sim. Questionada sobre a localização do menino, a entidade respondeu que não podia dizer com exatidão. Ela precisaria fazer uma busca, e isso tomaria um tempo. Eles deveriam voltar a contatá-la uma hora mais tarde. Durante esse tempo, ela daria uma volta pela cidade em busca do menino.

Finda a oração, as oito pessoas seguiram para a casa de Antonio Costa para jantar. Cerca de uma hora depois, interessados no que a entidade podia informar, Davina e o marido foram encontrá-los. A pedido de Osvaldo, levaram duas cervejas, um maço de velas, uma foto, uma camiseta e um calção de Evandro. Quando chegaram, depois da meia-noite, Beatriz Abagge e Carmelita Cristofolini já haviam ido embora, mas os demais ainda estavam jantando. Em seguida, Davina e o marido, acompanhados por Andrea, Davi, De Paula e Osvaldo, seguiram para a casa do pai de

santo, onde foram levados a uma sala dedicada a sessões espíritas para tentar contatar novamente a entidade.

Após uma tentativa, no entanto, Osvaldo informou que não estava conseguindo incorporar a mesma entidade, o que significava que ela ainda não tinha a solução para o caso. Davina perguntou o que deveria fazer. Andrea interveio, dizendo que Osvaldo iria embora, mas que deixava um recado: Davina deveria fazer sete oferendas a Cosme e Damião, cada uma delas em um belo jardim ou praça, e cada uma delas composta por sete tipos de doce e uma vela acesa. A cada oferenda, ela deveria chamar o nome de Evandro três vezes.

Osvaldo, incorporado por outra entidade, perguntou a Davina e seu marido em que lugares eles acreditavam que Evandro poderia estar. O casal citou uma série de regiões de Guaratuba: Mirim, Carvoeiro, rua das Palmeiras, Vila Esperança e Figueira. Osvaldo (ou a entidade) ficou muito interessado na rua das Palmeiras e começou a fazer perguntas sobre o local, e Davina e Mario explicaram que era uma rua próxima à casa de Evandro e da escola.

A entidade incorporada no pai de santo pediu para acompanhá-los durante a realização das oferendas, pois assim poderia avisar caso sentisse alguma aproximação do garoto. Em seguida, Davina e Mario entraram em seu carro, um Ford Escort, acompanhados de Osvaldo e Davi, e seguiram em direção ao Carvoeiro, onde fariam a primeira entrega. Já eram 3h da manhã. Lá também foi feita mais uma oferenda. A seguir, deslocaram-se em direção a Vila Esperança. No momento em que passavam diante da Escola Municipal Professora Olga Silveira, Davina pediu que parassem para fazer uma oferenda, com que Osvaldo, incorporado, concordou.

Oferenda feita, ela retornou ao carro e Osvaldo perguntou: “A rua das Palmeiras não fica aqui perto?”.

Mario respondeu que sim, e continuaram em direção a ela. Osvaldo dizia repetidamente que havia algo muito forte ali. Foram até o final da rua e pararam diante de uma construção, num local conhecido como Campo do Tubarão, onde pela primeira vez Osvaldo e Davi desceram do carro. Enquanto Davina fazia uma nova oferenda, os dois vasculhavam o local com o auxílio de lanternas. Depois, voltaram para o carro e retomaram a viagem, até que, ao passarem por uma rua bem estreita, ainda próxima à construção, Osvaldo disse: “Pare o carro e volte! E essa rua, onde vai dar?”. Decidiram averiguar. Como não dava para passar de carro pela rua, Mario deixou o veículo imbicado, com o farol aceso, e seguiu a pé atrás de Osvaldo e Davi. A princípio, Davina permaneceu no carro, mas, como ficou com medo, desceu e andou até um pedaço da rua. O local era feio e abandonado, e ela chamou pelo marido. Ao ouvi-la, os três homens acabaram por retornar ao carro.

A busca foi até o dia clarear, sem sucesso. A entidade de Osvaldo não demonstrou interesse por nenhum outro lugar além daquele matagal escuro. No dia seguinte, a pedido de Davina, Andrea lhe devolveu a foto de Evandro que ficara com o pai de santo. Depois disso, nem ela nem Mario tiveram mais contato com Osvaldo ou com as outras pessoas do grupo.

Três dias depois, o corpo de Evandro foi encontrado a seiscentos metros do local onde haviam estado na rua das Palmeiras.

Nas suas confissões, Osvaldo e De Paula afirmaram que o ritual de sacrifício de Evandro ocorreu no início da noite de terça-feira, dia 7, e que logo depois seu corpo foi jogado no matagal, onde só veio a ser encontrado no sábado, dia 11. Pelo relato de Davina, a busca pelo garoto foi feita na madrugada entre os dias 7 e 8.

A versão que Diógenes defendia era a seguinte: Osvaldo queria ganhar dinheiro como pai de santo, por isso primeiro fez uma “profecia” pública de que uma grande tragédia cairia sob Guaratuba. Em seguida, tentou conduzir os tios de Evandro ao local onde estava o cadáver. Se o corpo de Evandro tivesse sido achado graças aos poderes espirituais de Osvaldo, isso poderia ajudar a consolidar sua reputação de pai de santo. Mas a descoberta, dizia Diógenes, não vinha de poder espiritual nenhum. Seria apenas uma profecia autorrealizável, fruto de um crime premeditado.

As prisões

O relatório da Operação Magia Negra, que culminou com as prisões dos sete acusados nos dias 1º, 2 e 3 de julho de 1992, contém sete páginas. O então capitão Valdir Copetti Neves relata que, no dia 12 de junho, o Grupo ÁGUIA foi contatado pela Procuradoria-Geral do Estado para investigar o caso – ou seja, cerca de duas semanas após a denúncia de Diógenes ao procurador Amaral no Ministério Público, no dia 29 de maio, e uma semana antes do depoimento de Davina, no dia 19 de junho. Em seguida, o relatório diz que o grupo realizou uma análise do Termo de Declaração de Diógenes Caetano – aquele com as informações que, segundo Diógenes, estavam sendo ignoradas pelo Grupo TIGRE.

Após um contato com Alcides Bittencourt Neto, promotor do Ministério Público designado para o caso, o Grupo ÁGUIA iniciou uma investigação paralela com base em três hipóteses: magia negra, venda de órgãos e tráfico de órgãos. O relatório deixa claro que o depoimento de Davina teve fundamental relevância para a conclusão das investigações. O texto afirma ainda que, após a prisão de Osvaldo e Davi, em 1º de julho, ambos confessaram por escrito, no Fórum da Comarca de Guaratuba, perante um promotor público, a

autoria do crime, delatando também a participação de Celina, Beatriz e De Paula. No entanto, ao contrário do que diz o relatório, a única confissão por escrito anterior à prisão das Abagge é uma assinada por Osvaldo. A primeira confissão por escrito de Davi aparece apenas depois que elas foram presas, como veremos em detalhes mais à frente.

Em seguida, Celina, Beatriz e De Paula também teriam tido suas prisões temporárias decretadas pela juíza de Guaratuba. As Abagge foram presas na manhã de 2 de julho, em Guaratuba, enquanto De Paula foi preso em Curitiba e levado a Guaratuba durante o dia. Nesse dia, as confissões de Osvaldo, Beatriz e Celina foram gravadas em vídeo e fita cassete, e as de Davi, só em VHS. De Paula não teve nenhuma confissão gravada no dia 2, de acordo com os autos. Na noite do dia 2, no quartel do município vizinho de Matinhos, os cinco prestaram depoimentos formais perante um delegado e promotores. Foi nessa oportunidade que, ainda segundo o relatório da Operação Magia Negra, De Paula delatou a participação de Airton Bardelli dos Santos e Francisco Sérgio Cristofolini, presos no dia 3 – o mesmo dia em que, pela manhã, os cinco primeiros presos foram encaminhados ao IML de Curitiba para o exame de lesões corporais e, à tarde, houve a entrevista coletiva com Osvaldo, Davi e De Paula.

Esse relatório, único registro oficial das investigações do Grupo ÁGUIA, foi a pedra fundamental para que o Ministério Público montasse sua denúncia contra os sete acusados. Ele aponta qual teria sido o papel de cada um dos envolvidos no assassinato de Evandro:

1. CELINA ABAGGE: esposa do prefeito Aldo Abagge, foi quem encomendou os “trabalhos espirituais” ao pai de santo, pagando o valor de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), bem como escolheu a vítima, planejou e participou do sequestro,

auxiliou no esquartejamento e retirou o coração do corpo do menino, bem como cedeu o local para o ritual, culminado com a ocultação do cadáver.

2. BEATRIZ CORDEIRO ABAGGE: participou, juntamente com sua mãe, Celina Abagge, do sequestro do garoto, dirigindo seu veículo Escort de cor cinza, placa CH2993 – Curitiba-PR, o qual encontra-se retido por determinação judicial, e posteriormente, auxiliou na imobilização do menino EVANDRO, por ocasião de seu assassinato. Também ajudou a ocultar o cadáver.

3. OSVALDO MARCINEIRO: pai de santo, sendo este contratado por BEATRIZ e CELINA, para realização dos “trabalhos”; participou ativamente do esquartejamento da vítima, conduzindo todo o ritual macabro.

4. VICENTE DE PAULA FERREIRA: contratado por Osvaldo Marcineiro para auxiliar nos “trabalhos”, o qual sabendo que o menino estava sendo mantido em cárcere privado, deslocou-se até Curitiba para a compra dos materiais necessários ao ritual satânico, sendo que também participou do esquartejamento da criança, iniciando o ritual.

5. DAVI DOS SANTOS SOARES: participou ativamente do ritual macabro que foi imposto à vítima, EVANDRO RAMOS CAETANO.

6. AIRTON BARDELLI DOS SANTOS: funcionário da Prefeitura Municipal de Guaratuba, foi quem, segundo declarações, escondeu, após os trabalhos, as partes do corpo de EVANDRO, decepadas e retiradas durante o ritual, bem como recebeu ordem da primeira-dama para efetuar o pagamento e adulteração das provas materiais, no local do crime. Participou ainda da ocultação do corpo da criança.

7. SÉRGIO CRISTOFOLINI: participou como auxiliar no referido ritual macabro, quando a vítima estava sendo esquartejada viva; é considerado pelos demais como o pistoleiro do grupo, a serviço da família Abagge.

O relatório não especifica muitos elementos, como os métodos e procedimentos do sequestro e da morte. Nunca é explicado como os policiais do Grupo ÁGUIA chegaram às conclusões sobre os papéis dos acusados no assassinato. Na

terceira seção, em que são citadas as testemunhas, não aparecem depoimentos formais, então só podemos supor que tais informações tenham sido obtidas na fase de investigações do ÁGUIA, de 12 de junho a 1º de julho, e também após as prisões, entre os dias 1º e 7 de julho. Seis testemunhas são citadas. A primeira delas era, sem dúvida, a de maior peso na época:

1. IRINEU WENCESLAU DE OLIVEIRA: guardião da serraria Abagge. Teria sido dispensado na noite do dia 7 de abril de 1992, data do ritual. Ainda assim, de acordo com o relatório, viu Celina, Beatriz, Bardelli, Osvaldo “e outras pessoas que não conhece” na serraria.
2. ARNALDO BATISTA: funcionário da serraria Abagge, relatava ter recebido ordens de Airton Bardelli em 28 de junho para que fosse realizada uma reforma no escritório. De acordo com o relatório, a intenção era ocultar provas materiais do crime que permaneciam lá.
3. SIGMAR BATISTA: um dos pintores que trabalharam na reforma do escritório.
4. Mário Luiz da Silva: outro pintor da reforma.
5. ORTENCIA MARGARIDA FLORA: dona de um centro espírita em Guaratuba que a família Abagge frequentava havia dezenove anos.
6. ANITA ALVES DE GUITA: esposa do acusado Davi dos Santos Soares. Ela relata que, após o crime, ele passou a sofrer de insônia e pesadelos, pedindo por socorro enquanto dormia.

Com exceção de Irineu, as outras testemunhas não pareciam poder contribuir com informações mais detalhadas sobre o caso, especialmente Hortência e Anita.

Do material produzido pelos investigadores, destaca-se uma fita de vídeo gravada pelo Grupo ÁGUIA no dia 2 de julho – o dia seguinte à prisão de Osvaldo e Davi e o dia da prisão das Abagge e de De Paula.

A fita VHS

Com cerca de 44 minutos de duração, a fita VHS gravada no dia 2 de julho, em Guaratuba, começa enquadrando o rosto de Osvaldo Marcineiro. Claramente abatido, com uma parede branca ao fundo, ele responde às perguntas do policial por trás da câmera. Diz nome, idade, profissão e o nome dos pais e passa a relatar como foi o ritual de sacrifício de Evandro. Afirma que foi Celina quem encomendou o trabalho, do qual participaram ela, De Paula e Beatriz, e dá detalhes de como Evandro foi morto, assim como o motivo para a realização do trabalho.

Aos 14 minutos, há um corte. Osvaldo não está mais lá. Em seu lugar, provavelmente em frente à mesma parede branca, vemos Davi dos Santos Soares. Também abatido, com a boca claramente seca e algodão nos ouvidos, ele relata que andava com o grupo de Osvaldo e apenas assistiu ao ritual, mas não participou ativamente. Diz que pensou em avisar a polícia, mas sentiu medo de que Celina fosse atrás dele ou de sua família.

Por volta dos 24 minutos, há um novo corte. Na tela, vemos a placa do Ford Escort de Beatriz. Ele está numa garagem espaçosa, com grandes portas de madeira. Duas pessoas estão de pé conversando atrás do carro, mas não é possível ver seus rostos. Esse trecho não dura mais de um minuto.

Em seguida, o mesmo policial que fazia as perguntas para Osvaldo agora segura a câmera dentro de um carro em movimento. Seu rosto nunca aparece, mas sua voz guia a narrativa e vemos tudo sempre do seu ponto de vista. O veículo parece seguir um Gol branco ou cinza com placa de Curitiba. É uma das viaturas descaracterizadas do Grupo ÁGUIA. O policial narra: “Diligências no sentido de localizar as

vísceras, mãos de Evandro. Policiais civis e policiais militares trabalhando em conjunto”.

Depois de um novo corte, vemos o Gol parar e ouvimos: “... serralheria [sic] a qual, segundo Osvaldo, teria sido o local onde haveria escondido as vísceras e partes do corpo de Evandro”. É então que percebemos que os policiais acabaram de chegar à serraria Abagge e que estão levando Osvaldo Marcineiro. Ainda é dia, e os funcionários trabalham normalmente até perceberem a presença dos policiais e do pai de santo algemado.

Osvaldo veste uma balaclava e tenta esconder as algemas com seu pulôver bege, sem muito sucesso. Acompanhado dos policiais, ele vai até uma casinha para oferendas ao lado do portão, da altura de uma casinha de cachorro, fechada com um cadeado. Um homem tenta quebrar o cadeado com uma pedra, enquanto o policial que segura a câmera diz: “Local em que foram escondidas as vísceras...”. Alguém complementa: “Prováveis!”. Ele aceita: “... prováveis vísceras”.

Há um corte. Quando a gravação volta, entendemos que eles não conseguiram quebrar o cadeado, então tentam arrebentar a trava da porta com um pé de cabra. Alguém pergunta ao fundo: “Tá aí dentro as coisas?”. Osvaldo murmura algo incompreensível.

O uso do pé de cabra não é bem-sucedido. Então, tentam com um martelo, que enfim consegue soltar a tranca. Pouco antes de abrirem a porta da casinha, um policial pede que os demais esperem um pouco e diz: “Duas testemunhas”.

Outro corte. Agora, o policial que segura a câmera pergunta a dois homens, aparentemente funcionários: “A quem pertence a serralheria [sic]?”. O homem mais alto responde: “Do prefeito, o Aldo Abagge”. “Seu nome, qual que é?” O homem fica apreensivo. Após alguns segundos, responde: “Mário”. “Mário do quê?” Ele olha para os lados,

de braços cruzados: “Mário Luiz da Silva”. É a testemunha número quatro do relatório que foi produzido dias depois dessa gravação. Nesse momento, vários funcionários curiosos já estão em torno da casinha. “Seu nome?”, pergunta o policial para o outro homem, mais baixo. “Sigmar Batista.” É a testemunha número três do relatório.

Há um novo corte na gravação. Quando volta, a porta já está aberta. Como a casinha é baixa, os dois policiais em torno dela têm que se agachar para ver lá dentro. Deve ter em torno de um metro quadrado, talvez menos. Quando a câmera se aproxima do seu interior, enquadra uma vela de sete dias já queimada, ainda com o plástico preservado, e dois fios que parecem ser de cobre.

Após um novo corte, ouvimos a voz de Osvaldo e vemos sua mão apontando para o chão de cimento. “Foi posto em cima, aqui”, diz. “Nesta casinha?” “Sim.” “Ali onde tá aquela vela ali?” “Sim.” Um policial começa a mexer no plástico que sobrou da vela, para tentar ver melhor o que tem lá dentro. “Já estava essa casinha quando você trouxe os...?” “Sim.”

Novo corte no vídeo. Um policial, agachado na frente da casinha, pergunta: “Essa casinha em si faz dois, três meses que foi feita ou já tava aqui antes?”. “Não, foi feita [faz] dois ou três meses mais ou menos”, responde Mário, que ainda está lá perto com outros funcionários. Nesse momento, a câmera foca um homem ruivo, de bigode, camisa aberta até o peito e colete de lã. É o capitão Valdir Copetti Neves.

Mais um corte. Agora é Osvaldo quem está agachado na frente da casinha. Seu rosto não aparece, apenas suas mãos. Ele tenta esconder as algemas: a da esquerda está debaixo do pulôver, a da direita está tapada pela mão esquerda.

“Colocaram aqui dentro?”, pergunta uma voz. “Foi.” “Você veio colocar?” “Não, foi o outro rapaz que colocou.” Nenhum rosto aparece. Outra voz pergunta: “Faz quanto tempo isso?” “Foi feito logo quando aconteceu...” “Quanto tempo faz que

aconteceu isso?” “Dois, três meses.” Um policial aponta para o chão de cimento da casinha: “Já tinha embaixo esse piso?”. Outro pergunta: “Esse piso aqui, de cimento, tinha ou era de areia aqui?”. “Olha, eu... acho que era chão [terra] ainda... não tenho certeza.”

Outro corte. Osvaldo, que vemos bem de perto, agora está dentro de um escritório com a balaclava levantada na altura da testa. Ouvimos a voz daquele mesmo policial do início da fita: “Foi aqui nesse quarto que foi feito o...?”. “Foi.” “Nesse... nesse... nesse recinto aqui?” “Exatamente.”

De novo, corte. “Essa mesa não tinha, não era pintado isso aí... aqui mais ou menos”, diz Osvaldo. “Nessa mesma... nesse mesmo compartimento aqui?” “Sim. Vocês daqui passaram para algum outro compartimento desse local ou não?” “Não.” “Só ficaram aqui?” “Só aqui.”

Depois de outro corte, a câmera mostra o chão, pintado de tinta vermelha, sujo, com manchas de tinta branca. “Onde?”, pergunta o policial, “Onde tá a mesa? Onde tá a mesa?” “É, aqui, mais ou menos nesse meio da sala aqui.” “Se abaixa ali e mostra pra mim.” Osvaldo aponta com o dedo o local onde o ritual teria acontecido. Dois homens passam no fundo – se são policiais ou funcionários, não é possível dizer. “Olha pra mim aqui, Osvaldo.” Osvaldo olha. “Você confirma que [Evandro] foi sacrificado nesse recinto, próximo à mesa aqui que está aqui presente?” “Sim.”

Novo corte. O interrogatório continua: “Aqui que foi...?”. “Foi aqui.” Outro policial diz: “Fale mais alto”. “Foi aqui, sim, senhor.” “Conte com mais detalhes então: como que foi?” “Foi aqui que foi deitado... a criança... foi cortado ela.” “E aonde que vocês asfixiaram ela, vocês enforcaram ela? Nesse mesmo local aqui, no chão?” “Sim.” “Não foi em cima da mesa?” “Não.”

Há dois cortes rápidos seguidos. Entre eles, Osvaldo estava começando a explicar como De Paula teria

estrangulado a criança. Quando a imagem volta, Sigmar Batista aparece novamente, e o policial explica que ele auxiliará na reconstituição do crime.

Corte. Agora, Sigmar está deitado no chão enquanto Osvaldo faz uma espécie de reconstituição do ritual. Diz: “Eu segurei os pés. Celina e Beatriz cada uma segurou um braço, e o De Paula apertou o pescoço da criança”. Mais adiante, com um pequeno pedaço de madeira simulando um instrumento cortante, Osvaldo demonstra como teriam sido feitos os talhos para cortar o peito, as mãos, os dedos dos pés, as orelhas e o couro cabeludo. Um policial pergunta: “Com que roupa que o piá tava?”. “Eu não recordo bem a roupa dele. Eu tava nervoso...” “Você recorda.” “Não recordo.” “Qual a cor? A cor você sabe.” “Amigo, eu já disse [inaudível], não recordo...” “Mas ele tava de calção, de calça, de camiseta...? Isso você recorda, porque você tava segurando a perna dele! Como é que você não vai saber se tava de calça ou de calção? Se você segurou na perna dele, você sabe.” “Eu acho que ele tava com uma calça meio de [inaudível]...”

Novo corte.

Aos 33 minutos da fita, a câmera enquadra duas mulheres sentadas num sofá. Atrás delas, uma cortina branca rendada, fechada, através da qual é possível ver um pouco da luz do sol. São Beatriz e Celina Abagge. Saberemos mais tarde que se trata da sala de audiências do Fórum de Guaratuba.

De mãos dadas e olhando para o nada, as duas parecem abatidas. É possível ouvir os flashes de uma câmera fotográfica ao fundo, mas elas não reagem à luz. Depois de um corte, vemos Celina com o braço direito ao redor do ombro de Beatriz, que segura a mão da mãe. Há outro corte, e então um homem aparece sentado no sofá ao lado de

Beatriz. Ele segura um papel, assim como Beatriz, que está lendo. Celina puxa os óculos que estão pendurados em sua camiseta e estica o braço para pegar o papel da mão do homem.

Beatriz vira o papel para ler o verso. Ela segura uma caneta com a mão direita. Alguém ainda está batendo fotos. Dirigindo-se ao homem, Beatriz fala algo que não conseguimos ouvir direito, com exceção do final: "... pode assinar?". "Não, não", responde ele, "isso aí você pode assinar sem preocupar com advogado. Pode assinar que isso aqui é o mandado de prisão." Beatriz assina no local indicado pelo homem e, em seguida, oferece a caneta para Celina, que ainda lê o documento. Então ela pega a caneta, lê mais um pouco, e o vídeo corta novamente.

Quando volta, elas não estão mais com os mandados de prisão nas mãos e há outro homem sentado ao lado de Beatriz, conversando com ela. Celina olha para o chão.

Mais um corte. Agora, Celina está com a cabeça encostada no sofá. Beatriz parece catatônica. Alguém pergunta: "Como é que você dormiu a primeira noite? Tranquilo?". Nenhuma das duas reage. "Psiu." "Hein?" "Beatriz." Ela olha para cima, em direção a alguém que não vemos. "Qual o teu estado emocional após o ritual?" Ela fecha os olhos e responde, engolindo a voz: "Normal". "Hã?" "Normal." "Normal? Não teve nenhum mal-estar?" Ela não responde. "Dona Celina..." Celina olha para os lados, sem direção. "Qual foi a situação da senhora após o ritual?" Há um silêncio antes que ela responda: "Normal". "Normal?" De novo, silêncio. "Não houve nenhum mal-estar?" Celina fecha os olhos, como se estivesse exausta. "Não." "Não? Quem planejou o ritual?" Beatriz olha para baixo, fecha os olhos.

Ouve-se alguém chegando na sala. Os olhos das Abagge se abrem. Elas olham para a esquerda. Alguém diz: "Vamos lá, vamos lá", e de novo há um corte.

Quando a gravação volta, a câmera está bem fechada em Beatriz, que está no banco de trás de um carro, com a mão cobrindo o rosto. Mais tarde, saberemos que estão na balsa a caminho do quartel de Matinhos. O homem que segura a câmera começa a fazer perguntas.

“Você é a Beatriz, né?” Ela não responde. Ele tenta afastar a mão do rosto dela. “Beatriz, olha pra mim só um pouquinho, Beatriz.” “Eu não tô me sentindo bem”, ela diz, de olhos fechados. “Eu sei que você não tá [se] sentindo bem, Beatriz. Mas, Beatriz, o que deu na tua cabeça de vocês fazerem isso? Conta pra mim.” “Eu não sei...” “Hã?” “Eu não sei...” “É a vontade de ser uma pessoa bem de vida assim? De ter uma vida melhor? Que deu na cabeça de vocês pegarem essa criança? Quem que teve a ideia?” “O De Paula...” [...] “O De Paula, né? Ele que teve a ideia ou você que foi procurar ele?” Ela balança a cabeça, negando, ainda de olhos fechados. “Não...” “Hein, Beatriz?” “... ele...” “Ele que teve a ideia? Ele teve a ideia de pegar essa criança? Ele que deu a ideia de pegar a criança? Aí ele deu a ideia e vocês colocaram em prática o plano? Foi isso, Beatriz?” Ela não responde. “É isso, Beatriz?” Ela coloca novamente a mão no rosto. “Beatriz...” Ela respira fundo. “Beatriz, o fato já aconteceu, Beatriz.” Silêncio. “Tá [se] sentindo mal, Beatriz?” Ela treme a cabeça, indicando que sim, com o rosto tampado, e começa a chorar. “Chora, que você desabafa.” Ele tenta pegar a mão direita dela, enquanto ela usa a esquerda para cobrir o rosto. Logo, as mãos dadas dos dois saem de cena. “Tá tendo um pouquinho de arrependimento agora, Beatriz?” O choro aumenta. “Arrependimento toda pessoa pode ter, Beatriz... hein, Beatriz...” O choro parece de desespero. Ela puxa o ar várias vezes seguidas. “Beatriz, você é um ser humano. Ser humano...”

A frase final do homem é incompreensível, encoberta pela tosse de Beatriz, que agora se apoia com o braço

esquerdo no banco da frente, escondendo o rosto enquanto chora. O homem solta o braço direito de Beatriz, que o junta ao outro para se debruçar no banco da frente. Ele passa a mão no cabelo dela. “Beatriz, eu sei que você não tá querendo responder, mas quem foi...” “Eu não posso falar nada... sem a presença do meu advogado...” “Beatriz, quem foi que segurou a criança? Você ou tua mãe?” “Eu já confessei...” “Mas quem...?” “Eu só posso responder na presença dos advogados agora... policiais mesmos que falaram...” “Não, você pode...” “Eu já confessei...” “Eu sou um policial também. Eu sou um policial.” “Eu sei, mas [incompreensível]. Eu só quero falar na presença do meu advogado, por favor...” Ela chora. “Então me responde só uma pergunta, deixo você sossegada. Quem que segurou a criança? Foi você ou foi tua mãe?” “Não tenho condições de responder, por favor.” O choro continua. “Não, mas só essa pergunta, eu paro... [...] eu deixo você em paz... responde só isso pra mim. Quem foi que segurou? Você ou tua mãe?” “Fui eu...” “Hã?” “Fui eu...” “Você que segurou? Tá, obrigado, viu, Beatriz.” Ela continua com a cabeça apoiada nos braços por mais alguns segundos. Endireita-se, chorando menos, e pergunta se não teriam um calmante. “Calmante? Eu vou arrumar pra você.” “Pede pro... [choro]... dr. Acemar... Ele deve estar por aí... por favor... eu não tô me sentindo bem...” Ela deita novamente, apoiada no banco da frente. “Posso pegar na sua mão?” “... um fraquinho, pede...”

Corte.

* * *

Agora, vemos o exterior da balsa. Há várias pessoas ao redor, mas poucos carros, pois era exclusiva para as Abagge e os policiais. Dentro de um carro está Celina, sozinha no banco de trás. A porta do veículo está aberta, e ela se vira

para alguém que está fora. Esse homem entra para ouvir o que ela quer falar, mas não os escutamos. Vemos vários policiais militares fardados, outros do Grupo ÁGUA com roupas civis, promotores e outros homens que supomos serem policiais federais que auxiliaram na operação. Há alguns cortes entre cenas das Abagge dentro dos carros, separadas.

Aos 44 minutos e 46 segundos, o vídeo se encerra.

Até onde pude levantar, essa fita VHS foi menos utilizada pela imprensa na época do que a fita cassete contendo a confissão das Abagge. A única matéria que encontrei que a cita claramente foi veiculada em 12 de julho de 1992 pelo antigo Canal 12, atual Rede Paranaense de Comunicação (RPC), afiliada da Globo no Paraná. Nela, a repórter Dulcinéia Novaes diz: “Num vídeo amador, foi gravada uma reconstituição do crime com o pai de santo Osvaldo Marcineiro, que liderou o ritual”. Nas imagens publicadas pela matéria, viam-se recortes de Osvaldo dentro do escritório da serraria.

Após as prisões, o caso voltou à Polícia Civil. Mas, dada a desconfiança que agora pairava sobre delegados do Grupo TIGRE que originalmente comandavam as investigações, um novo delegado foi designado: João Ricardo Kepes Noronha. Ele recebeu a missão no dia 3 de julho de 1992 e tinha dez dias para encerrar o inquérito e encaminhar suas conclusões para o Ministério Público, de forma que os promotores pudessem montar a denúncia contra os sete presos. Por isso, como primeira medida, buscou juntar todos os materiais que o Grupo ÁGUA havia produzido, que consistiam no relatório Operação Magia Negra e em seus anexos.

Os anexos eram os seguintes: fita cassete com as confissões de Celina e Beatriz; termo de declaração de Diógenes Caetano ao Ministério Público (MP) do Paraná;

cópia do termo de declaração de Davina Pikcius; cópia de resolução de 14 de abril do MP do Paraná, designando o promotor Bittencourt como responsável pelo caso; cópia dos mandados de prisão temporária de Osvaldo, Davi, De Paula, Celina e Beatriz; cópia da ficha de cadastro de artesão de Davi; cópia do formulário de inscrição em curso de umbanda e candomblé na Federação Paranaense de Umbanda (o nome está ilegível, mas supõe-se que seja de Osvaldo); cópia do retrato falado atribuído a Osvaldo (falaremos mais à frente sobre a origem desse documento); panfleto com foto de Evandro noticiando seu desaparecimento no dia 6 de abril; recortes de jornais noticiando fatos referentes ao caso.

De posse desses materiais, Noronha agora precisava fazer suas próprias investigações. Isso envolvia realizar buscas e apreensões nas residências dos acusados para coletar possíveis provas, assim como interrogar outras pessoas.

As três testemunhas

De todas as pessoas que prestaram depoimentos formais no caso Evandro, três foram essenciais para a fundamentação da acusação. A primeira já havia sido mencionada no relatório Operação Magia Negra: o guardião da serraria Abagge, Irineu Wenceslau de Oliveira, de 66 anos, que morava na frente da serraria e vigiava o local durante a noite.

Logo após as prisões, Irineu prestou três depoimentos. O primeiro, datado de 3 de julho de 1992, foi dado a José Carlos de Oliveira, delegado da Polícia Civil de Guaratuba. Na ocasião, Irineu relatou ter visto um ritual na Sexta-Feira Santa daquele ano em que estariam presentes Airton Bardelli, as irmãs Beatriz e Sheila Abagge e um homem que

ele não conhecia. Essas pessoas teriam feito um trabalho no interior do barracão onde ficavam os maquinários e acendido uma vela dentro da casinha. Como a Sexta-Feira Santa de 1992 caiu em 17 de abril, seis dias após o corpo de Evandro ter sido encontrado, e o número de pessoas e suas identidades não condiziam com a narrativa que o Grupo ÁGUA tinha colhido com os presos, Irineu foi chamado para um novo depoimento para esclarecer se havia alguma confusão ali.

Foi apenas no segundo depoimento, em 21 de julho – agora para Noronha, o novo delegado responsável pelas investigações do TIGRE –, que Irineu citou um outro ritual no início de abril, anterior àquele da Sexta-Feira Santa, com “aproximadamente sete pessoas”. Vale apontar que, a essa altura, Noronha já havia concluído o inquérito feito a partir das informações do Grupo ÁGUA, enviado ao Ministério Público no dia 14 de julho, mas continuava realizando diligências. Nesse depoimento, Irineu dava mais detalhes sobre o ritual ocorrido na Sexta-Feira Santa: Bardelli e Beatriz teriam chegado por volta das 22h “em companhia de uma mulher gorda e de dois homens, os quais espalharam farofa nos quatro cantos da serraria e jogaram pipocas na cabeça do depoente e dos demais que se encontravam na serraria”, segundo relato escrito por Noronha.

Por fim, no dia 13 de agosto de 1992, Irineu depôs para a juíza de Guaratuba, Anésia Edith Kowalski, dando mais detalhes sobre os dois trabalhos que teria presenciado, especialmente o ocorrido no início de abril, que teria envolvido Evandro. Dessa vez, ele confirmou o que dissera no depoimento anterior, citou nominalmente todos os envolvidos, disse não ter ouvido nenhum choro de criança e relatou que Davi estava vestido de branco.

Com esses depoimentos, a acusação tinha em mãos o relato de alguém que punha os sete presos no local perto do

horário em que confessaram ter matado Evandro.

A segunda testemunha de relevância para as investigações foi Andrea Barros, a companheira de Osvaldo Marcineiro, uma das primeiras a prestar depoimento ao delegado Noronha, no dia 10 de julho. Ela contou como o casal chegara a Guaratuba, que tipo de trabalhos faziam na cidade (artesanato, leitura de búzios e trabalhos espirituais), quais suas relações com outros réus, e descreveu alguns trabalhos em que havia sacrifícios de animais. Também explicou que De Paula morava em Curitiba, mas ia com frequência a Guaratuba e, nessas ocasiões, dormia na casa do casal. Em certo momento, ela afirmou que Osvaldo recebia uma entidade de nome Zé Pelintra que lhe falava que o pai de santo gostava muito dela e que, se ela o abandonasse, o homem sofreria pelo resto de sua vida. Contou também que Osvaldo às vezes a agredia fisicamente por ciúme, motivo pelo qual ela tinha medo de deixá-lo.

No dia 21 de agosto, Andrea voltou a depor e basicamente repetiu as informações que já tinha dado, mas agora com mais detalhes. Sobre o dia em que teria ocorrido o ritual que culminou na morte de Evandro, disse que, lá pelas 18h ou 19h, Beatriz e outras pessoas, todas vestidas de branco, estavam em sua casa. Em certo momento, conforme o relato, Beatriz saiu com seu Escort, e Osvaldo e De Paula foram pouco depois dela. Andrea não os acompanhou: teria ido dormir cedo e não viu a que horas os dois homens retornaram. Nos depoimentos, Andrea também explicou que os trabalhos encomendados eram geralmente feitos às terças-feiras e que o uso de roupa branca era comum nessas ocasiões – o que casava com os relatos de Irineu. Apesar de os relatos dela desenharem um Osvaldo violento e abusivo, Andrea também foi enfática ao dizer que nunca presenciara nem tampouco ouvira falar de sacrifícios de crianças.

A terceira testemunha importante deu seu depoimento apenas no dia 13 de agosto de 1992, perante a juíza Anésia. É a única pessoa que nunca foi ouvida na fase de inquérito de Noronha, embora provavelmente seja o mais importante de todos os depoentes da acusação.

Seu nome era Edésio da Silva, um marceneiro naval de 31 anos cujo nome Diógenes Caetano já havia indicado a um promotor e a policiais envolvidos na investigação. Edésio, que fora vizinho da família Caetano anos antes, disse que, na manhã de 6 de abril, entre 9h30 e 10h, andava de bicicleta na rua da casa de Evandro, a caminho de uma loja de materiais de construção, quando reconheceu o menino dentro de um carro que vinha na sua direção. O marceneiro naval disse que no banco da frente do veículo estavam duas mulheres que ele conhecia bem: Beatriz e Celina. No banco de trás, com Evandro, Edésio informou ter visto um homem cujo rosto não conseguiu enxergar.

Ele relatou que, na hora, não pensou que algo ilícito pudesse estar em andamento, pois jamais lhe passaria pela cabeça desconfiar da primeira-dama e de sua filha. Era conhecido o trabalho social que Celina fazia com as crianças na cidade. O homem disse que começou a suspeitar de algo errado alguns dias depois e que imaginou que os investigadores iriam atrás de conversar com quem tinha passado por aquela rua no dia 6, mas que nunca foi contatado. Edésio disse também que temia por sua vida. Afinal, pouco tempo depois de o corpo de Evandro ter sido encontrado, um amigo seu, Juarez José da Silva, foi preso pelo Grupo TIGRE como suspeito pela morte do garoto.

De fato, Juarez – que, assim como Edésio, atendia pelo apelido de “Chero” – foi preso e levado para Curitiba ainda em abril para prestar depoimento sobre o caso. Isso aconteceu depois que dois garotos, os irmãos Cleyton e Fernando França, de 10 e 11 anos, afirmaram ter sido

perseguidos por um homem barbudo cujo retrato falado batia com a aparência de Juarez – esse mesmo retrato falado, meses depois, acabou anexado ao relatório do Grupo ÁGUIA, mas identificando na figura desenhada Osvaldo Marcineiro. Em depoimento também em 13 de agosto à juíza Anésia, Diógenes contou que havia informado aos delegados do Grupo TIGRE, com base no que havia descoberto em suas investigações particulares, que um tal de “Chero” – no caso, Edésio – poderia ter informações sobre o desaparecimento de Evandro, e que achou estranho quando Juarez foi preso. A prisão de Juarez, no entanto, não tinha acontecido em decorrência da informação passada por Diógenes, e sim pelo testemunho dos irmãos França. De todo modo, embora os autos não esclareçam o que aconteceu, Juarez logo foi liberado.

Diógenes considerava que a delegada Leila Bertolini não fazia seu trabalho direito, enquanto ela dizia que Diógenes atrapalhava as investigações do Grupo TIGRE com informações desencontradas. Por isso, logo após as prisões promovidas pelo Grupo ÁGUIA, Diógenes encaminhou à casa de Edésio um dos promotores designados para o caso, assim como policiais militares, e então o homem tomou a decisão de falar. Em conjunto com os depoimentos de Andrea e Irineu, o relato do marceneiro naval fechava o quadro acusatório. Enquanto os dois primeiros davam conta do ritual em si, Edésio colocava Celina e Beatriz no local e no horário do sequestro de Evandro.

Os objetos apreendidos

Em busca de provas materiais que confirmassem a autoria do crime, para além dos relatos das confissões, o delegado Noronha comandou a apreensão de uma série de objetos nas casas dos suspeitos. No dia 3 de julho, foi realizada uma